

PLANESP

Plano Estadual de
Segurança Pública

Governo da Bahia
2012 a 2015



PLANESP

Plano Estadual de Segurança Pública

Governo da Bahia • 2012 a 2015



Bahia. Secretaria da Segurança Pública.
B435p Plano Estadual da Segurança Pública - PLANESP: Governo da Bahia -
2012 a 2015/ Secretaria da Segurança Pública. - Salvador: Secretaria da
Segurança Pública, 2011.
110 p.: il.

Co-Edição Polícia Civil da Bahia e Polícia Militar da Bahia.

ISBN

1. Segurança Pública - Bahia. 2. Planejamento Estratégico. 3. Gestão
Pública. I. Título.

CDD – 363.2
CDU – 351.78

Plano Estadual de Segurança Pública

GOVERNO DA BAHIA

2012 a 2015

Salvador - Bahia, dezembro de 2011

GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA
JAQUES WAGNER

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA
MAURÍCIO TELES BARBOSA

COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR
CEL. PM ALFREDO BRAGA DE CASTRO

DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL
HÉLIO JORGE OLIVEIRA PAIXÃO

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA
ÉLSON JEFFESON NEVES DA SILVA

Lista de Abreviaturas e Siglas

AISP Área Integrada de Segurança Pública
 APM Academia de Polícia Militar
 ACADEPOL Academia da Polícia Civil
 BPCChq Batalhão de Polícia de Choque
 BPGd Batalhão de Polícia de Guardas
 BPM Batalhão de Polícia Militar
 CEDEP Coordenação de Documentação e Estatística Policial
 CENTEL Central de Telecomunicações
 CICOC Centro Integrado de Comando e Controle
 CIPE Companhia Independente de Policiamento Especializado
 CIPM Companhia Independente de Polícia Militar
 COPPA Companhia de Polícia de Proteção Ambiental
 CPAC Companhia de Polícia de Ações em Caatinga
 CPE Comando de Policiamento Especializado
 CPR Comando de Policiamento Regional
 CPRC Comando de Policiamento Regional da Capital
 CPRMS Comando de Policiamento da Região Metropolitana de Salvador
 CVLI Crimes Violentos Letais Intencionais
 CVP Crimes Violentos Contra o Patrimônio
 DEPLAN Departamento de Planejamento
 DH Delegacia de Homicídios
 DHPP Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa
 DPT Departamento de Polícia Técnica
 DT Delegacia Territorial
 Esqd Mcl Esquadrão de Motociclistas
 Esqd P Mont Esquadrão de Polícia Montada
 GRAER Grupamento Aéreo
 PC Polícia Civil
 PM Polícia Militar
 PCBA Polícia Civil da Bahia
 PMBA Polícia Militar da Bahia
 PlanOp Plano de Operações
 PO Policiamento Ostensivo
 RMS Região Metropolitana de Salvador
 SGTO Superintendência de Gestão Tecnológica e Organizacional
 SI Superintendência de Inteligência
 SIAP Superintendência de Gestão Integrada da Ação Policial
 STELECOM Superintendência de Telecomunicações
 SSP Secretaria da Segurança Pública
 TRANSALVADOR Superintendência de Trânsito e Transporte de Salvador
 UOp Unidade Operacional
 UOE Unidade Operacional Especializada



Foto: SECOM

Índice

APRESENTAÇÃO	12
INTRODUÇÃO	15
Histórico	17
Organização e Estrutura	19
METODOLOGIA PLANESP	22
Matriz SWOT	23
Missão	25
Visão de Futuro	28
Valores	29
MAPA ESTRATÉGICO	32
Cartilha	33
Objetivos Estratégicos	39
Indicadores	40
Iniciativas	41
ANEXOS	
Análise de ambiente externo	43
Análise de ambiente interno	62
Alinhamento às estratégias do Governo Federal e do Governo do Estado da Bahia	74
Alinhamento ao Programa Pacto pela Vida	80
Modelo de gestão PPV	82
PORTFÓLIO DE PROJETOS 2012/2015	84

Texto do Governador

Promover a segurança pública é fundamental para assegurar os Direitos Humanos e consolidar a nossa democracia. A redução de índices de criminalidade, violência e vulnerabilidade das comunidades, assim como a melhoria da sensação de segurança são questões centrais na nossa agenda de políticas públicas.

Com este foco, estabelecemos uma nova estratégia na área de segurança pública, uma vez que o modelo tradicional repressivo/reactivo de combate à violência não vem dando conta de interferir positivamente no fenômeno da violência. Essa nova estratégia associa medidas de combate e repressão à criminalidade – ainda necessárias – com ações de cunho preventivo, com ênfase na gestão, na polícia de proximidade e na inteligência, integradas às iniciativas sociais e econômicas que objetivam a inclusão social e a ampliação de oportunidades voltadas para as populações mais vulneráveis.

No âmbito da Secretaria da Segurança Pública, alinhada com as diretrizes e os programas de governo, o Plano Estadual de Segurança Pública aglutina as estratégias, os programas, os projetos e as ações que serão desenvolvidos ou terão continuidade para o período de 2012 a 2015. Muitas dessas ações, voltadas para o Pacto pela Vida, tiveram início ainda em 2011, entre elas, merecem destaque: o início da implantação das Bases Comunitárias de Segurança, a inauguração do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, e o reequipamento do Departamento de Polícia Técnica, além da aprovação da lei que institui o Sistema de Defesa Social que dá a segurança jurídica necessária às novidades que integrarão o Pacto pela Vida.

O Pacto pela Vida é um Programa de Governo, elaborado com a colaboração da sociedade civil e executado por diversas Secretarias de Estado, que atuam de maneira transversal e participativa, visando à redução de indicadores relacionados à violência, com prioridade aos Crimes Violentos, Letais e Intencionais contra a Vida (CVLI) e os Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP), índices que englobam diversas tipologias de crimes.

O Pacto pela Vida traz como novidade um Modelo de Gestão capaz de trazer informações úteis ao monitoramento e à correção de rumos para melhoria da ação governamental. Além das ações intrínsecas à atuação policial, será acompanhada, em cada área prioritária, a realização de ações transversais de ampliação do acesso a serviços de assistência social, educação, saúde, além de iniciativas relacionadas à capacitação, geração de trabalho, transferência de renda, cultura, esporte, lazer e enfrentamento das drogas.

O Governo da Bahia, por meio da sua Secretaria da Segurança Pública, oferece à sociedade o Plano Estadual de Segurança Pública, para o período 2012-2015, contendo os objetivos estratégicos, as diretrizes, as metas e os conjuntos de ações e projetos na área de segurança pública. O Planesp sistematiza uma nova política pública de segurança, alinhada ao Programa Pacto pela Vida, o que permite o acompanhamento sistemático e a avaliação do conjunto de iniciativas a serem realizadas.

Estamos certos de que, trabalhando com planejamento e gestão, sob preceitos da ética, transparência, modernização e eficiência dos serviços públicos prestados à população, estamos pavimentando o caminho para uma revolução democrática que transformará a Bahia.

Jaques Wagner
Governador da Bahia

Apresentação

O Governo do Estado da Bahia, desde o ano de 2007, vem empreendendo esforços a fim de fomentar o aumento da participação da sociedade na formulação das suas principais políticas públicas. A realização do Plano Plurianual Participativo 2008-2011 e a organização de diversas conferências, a exemplo das que trataram dos temas Juventude, GLBT e Segurança Pública, são demonstrações inequívocas desse empenho.

A partir dessa aproximação sistemática entre Governo e sociedade, as demandas da população passaram a ser incorporadas ao Plano de Governo e com ele conciliadas. As propostas populares, após seleção, análise e tratamento, começaram a dar origem a projetos específicos, que foram e continuarão sendo consignados a diversos instrumentos de aplicação e comunicação da estratégia de gestão governamental.

Com essa perspectiva, foi elaborado o Plano Estadual de Segurança Pública (PLANESP) 2008/2011, documento materializador da Política de Segurança Pública do Estado da Bahia.

O PLANESP 2008-2011 foi comunicado e desdobrado para todas as unidades e órgãos da Secretaria da Segurança Pública que o executaram, alcançando os resultados direcionados ao reaparelhamento dos órgãos policiais. Dentre algumas realizações do período, pode-se citar: a contratação de novos policiais, a implantação de novos sistemas, como o de identificação civil e criminal (SIIDA e AFIS), o SIGIP, o Sistema Tetra, além do laboratório de DNA, a criação da Delegacia Digital e da Delegacia Móvel. Nesse período também houve a padronização e ampliação da frota, a aquisição de aeronaves e de veículos para Defesa Civil, além de armamentos e equipamentos diversos, inclusive os de proteção individual. Finalmente, merece destaque especial a deflagração de uma profunda melhoria na gestão dos recursos e emprego operacional dos órgãos policiais, em cada território, através da criação e implantação das Áreas Integradas da Segurança Pública (AISPs).

É possível ainda enumerar, como resultados alcançados, a melhoria da remuneração dos policiais e o avanço de suas leis orgânicas; o emprego das ações de inteligência policial na desarticulação de quadrilhas, principalmente vinculadas ao tráfico de drogas, e no combate à corrupção de agentes públicos; o efetivo incremento do policiamento comunitário, através de projetos como o Ronda no Bairro e do Sistema de Ações Preventivas, da investigação e dos trabalhos periciais, que passaram a atuar de forma mais integrada, conquistando relevantes vitórias contra o crime.

No biênio 2009-2010, conseguiu-se iniciar uma reversão da tendência crescente dos crimes violentos letais intencionais (CVLI), promovendo uma estabilização das taxas apuradas e relacionadas com os demais estados do Nordeste e do país.

Chegado o momento de rever a estratégia e, mais uma vez, definir os caminhos que serão percorridos, deparamo-nos com a incumbência de planejar o período de 2012 a 2015. Para tanto, são estabelecidos novos e mais ousados desafios, tal como a redução sequenciada das taxas de CVLI e de CVP, de modo a consolidar definitivamente sua tendência de decréscimo, além de retomar, de maneira definitiva, o modelo de policiamento comunitário.

Para tanto, rememoramos a principal lição aprendida durante a execução do PLANESP 2008/2011, a qual pode ser resumida na seguinte afirmação:

“(...) considerando o atual cenário de recursos postos à disposição das instituições policiais, a característica transversal das etapas e atores que atuam no processo de contenção do crime – que envolvem o Poder Executivo (Segurança Pública e Administração Prisional), o Ministério Público, o Poder Judiciário e a Defensoria Pública – e a natureza complexa das causas da violência humana, a Política de Segurança Pública no Estado da Bahia não pode se encontrar restrita ao âmbito da ação policial, carecendo de ampliação no seu campo de abrangência para inclusão de ações transversais, institucionais e sociais, que minimizem os problemas estruturais e os diversos fatores que funcionam como causas da violência humana (...)”.

Querendo fazer mais e melhor, a Secretaria da Segurança Pública foi em busca de *cases* de sucesso, sendo especialmente inspirada pelas práticas de gestão adotadas nos estados de Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro. Além de importar, com respeito às especificidades locais, os modelos de sucesso, os gestores de segurança cuidaram de garantir pleno alinhamento à estratégia do Programa Pacto pela Vida, que permite a transversalidade necessária ao enfrentamento do crime, o qual passará a ser contido através de um mecanismo mais efetivo e articulado.

O Programa Pacto pela Vida é um Programa de Governo que trata a segurança pública de forma transversal, articulada e integrada, destinado à redução dos índices de criminalidade, violência e vulnerabilidade das comunidades, com sistematização, monitoramento e avaliação das ações de Estado, de forma permanente e pactuada com a sociedade, tendo como principal objetivo a garantia do direito à vida e os seguintes fundamentos:

- **PARTICIPAÇÃO ATIVA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA,** desde a formulação das estratégias até a execução das ações do Pacto.
- **ÊNFASE NA PREVENÇÃO SOCIAL DA CRIMINALIDADE VIOLENTA,** combinada com a qualificação da repressão, baseada no uso de inteligência, informação, tecnologia e gestão.
- **TRANSVERSALIDADE NA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA,** envolvendo todas as Secretarias do Estado.

No Pacto pela Vida a excelência da gestão passa a ser buscada e aferida através da obtenção dos resultados, daí por que a necessidade de fortalecimento da cultura e dos processos de acompanhamento e controle, ou seja, de monitoramento.

A Alta Administração do Governo se compromete com os bons resultados e pactua com a sociedade o salto de qualidade desejado. O novo modelo prevê, inclusive, o envolvimento direto da liderança no acompanhamento da execução da estratégia, além da verificação da relação de causa e efeito entre essa execução e o atingimento dos patamares estabelecidos quando da fixação das metas estratégicas. O modelo em destaque funciona por meio de cinco Câmaras Setoriais Temáticas específicas, abaixo indicadas, que, em suas áreas de conhecimento, contribuirão, de forma sinérgica, para a contenção do crime e, certamente, para a devolução à sociedade da tão desejada sensação de segurança:

- Segurança Pública
- Prevenção Social
- Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas
- Administração Prisional
- Articulação com os outros Poderes

Além das Câmaras, há de se citar a existência de um Comitê Executivo Gestor que, junto àquelas, fará o acompanhamento periódico dos resultados dos Crimes Violentos Letais Intencionais, dos Crimes Violentos Contra o Patrimônio e outros indicadores relevantes para a redução da violência.

Nesse diapasão, é possível afirmar que, combinando liderança, estratégia elaborada com foco no cliente/cidadão, colaboradores motivados (inclusive premiados por desempenho), processos redesenhados e uma sólida base informacional e tecnológica, será possível vencer os desafios já identificados, com o consequente refinamento dos serviços e produtos colocados ao dispor da sociedade.

O PLANESP 2012-2015 contará a história da nossa nova estratégia, oferecendo um resumo histórico da Secretaria da Segurança Pública e dos órgãos policiais integrantes, além de noticiar nossa missão, valores e visão de futuro, apresentando breve abordagem sobre a metodologia utilizada para construção do modelo proposto. Desejamos, às diversas equipes que se empenharão na execução deste Planejamento Estratégico, boa sorte e fazemos votos no sentido do efetivo alcance dos resultados esperados, em especial, dos relacionados à progressiva e sustentável redução da taxa de CVLI.

Maurício Teles Barbosa
Secretário da Segurança Pública

Introdução

Todo processo de planejamento é essencialmente complexo, considerando que envolve a construção de cenários sobre situações futuras desejadas. Na segurança pública, essa complexidade se amplia diante das inúmeras variáveis que se encontram fora do controle dos órgãos policiais, com diferentes níveis de intensidade de influência, na definição de políticas públicas.

Basicamente, o planejamento desenvolvido pelos órgãos da segurança pública buscou responder uma questão simples: que necessidades de segurança pública precisarão ser atendidas nos próximos anos para que os órgãos policiais alcancem sua visão de futuro?



Foto: SECOM

A busca por definição de caminhos alternativos trouxe a necessidade de se melhor conhecer e entender a criminalidade no país e, em particular, na Bahia, através da análise dos principais indicadores criminais que refletem os fenômenos sociais mais sensíveis à opinião pública. Assim, nesse trabalho, a SSP buscou realizar um profundo diagnóstico da criminalidade e suas principais causas, podendo detectar que, na Bahia, embora o fenômeno da violência possa ser percebido em diferentes localidades, com características distintas, existe uma concentração mais efetiva dos registros de Crimes Violentos Letais Intencionais em 20 dos 417 municípios baianos, exigindo do poder público medidas urgentes, prioritárias e específicas para as comunidades desses municípios.

O conhecimento, aqui estampado, foi fundamental para dar foco ao planejamento das ações estruturais necessárias à concretização da Política de Segurança Pública, facilitando a transversalidade e a integração da atuação dos órgãos governamentais, o que poderá ser percebido na leitura deste plano.

Não é exagero enfatizar os custos que a violência gera para a sociedade, impondo perdas reais para o Estado, o que por si só já justificaria o empenho e a convergência de esforços em torno do tema segurança pública. Podemos destacar, pelo menos, três indicadores capazes de demonstrar os reais prejuízos decorrentes do crime: os relacionados à expectativa de vida, os correlatos ao montante de gastos com a saúde e os que dizem respeito ao desenvolvimento econômico.

Os custos sociais e econômicos se dão não apenas pelo volume de recursos econômicos “roubados” ou gastos em segurança pública e privada, mas, principalmente, pela redução da eficiência do setor legal da economia e

da própria migração de recursos e agentes para a atividade econômica ilícita, os quais poderiam estar sendo utilizados no setor legal da economia, com ganhos para toda a sociedade. Além disso, a criminalidade provoca uma redução na qualidade de vida da sociedade, principalmente pelos danos e perdas decorrentes do sentimento de insegurança, pela diminuição das relações sociais, pela mudança de hábitos da população e pela real perda de vidas. No presente trabalho, foram empregadas várias teorias que tentam explicar o comportamento criminoso, inclusive, a teoria econômica do crime, que enxerga a atividade criminoso como uma atividade econômica, embora ilícita.

Assim, notou-se que os fatores que levam os indivíduos ao cometimento de delitos estão relacionados às características individuais, como nível educacional e cultural; estruturais, como a possibilidade de sucesso no crime; e conjunturais, relacionadas ao ambiente no qual estão inseridos. Altos índices de desemprego, concentração de renda e baixos níveis de educação e produtividade no trabalho, somados às ineficiências das polícias e da justiça, por certo, contribuem para o crescimento e o agravamento do problema da criminalidade, justificando um trabalho permanente de avaliação do contexto ambiental para possíveis correções de rumo das ações planejadas.

As Políticas Públicas nas áreas de saúde, educação, proteção social e mesmo econômica estão, portanto, indissolavelmente associadas à segurança pública. Esta, porém, invariavelmente, sempre ocupou papel secundário nos planos de governo, sendo apresentada como coadjuvante dos projetos sociais e da política econômica. Contraditoriamente, não há como se alcançar o bem-estar social e o desenvolvimento econômico duradouros em uma sociedade marcada pela insegurança. De condições mínimas de segurança depende o indivíduo e a própria sociedade para o alcance de todas as suas potencialidades. Por isso, na atual gestão, a discussão acerca da segurança pública se impôs como condição básica para implantação de projetos sociais e econômicos, no âmbito do Estado, justificando inclusive a criação de um programa de governo específico para a temática em destaque.

Dessa maneira, este trabalho passa a versar sobre a segurança pública no Estado da Bahia e tem como objetivo a apresentação das estratégias que nortearão as iniciativas das instituições policiais, em total alinhamento ao Programa Pacto pela Vida. O texto está organizado em duas partes essenciais. Inicialmente, traz o histórico dos órgãos policiais e a metodologia empregada no planejamento, ao final explicitado por meio do Mapa Estratégico. Na segunda etapa, constituída por ANEXOS, encontraremos um diagnóstico acerca dos aspectos sociais e econômicos do Estado da Bahia e da própria segurança pública, contendo a análise criminal das estatísticas policiais, a descrição sucinta da atual estrutura das polícias, considerações sobre os projetos mais importantes em execução e as principais ações já realizadas, além do portfólio de projetos para a segurança no período de 2012 a 2015.



Foto: SECOM

A SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

Histórico

Criada no início do Segundo Reinado com o nome de Secretaria de Polícia, com missões semelhantes ao modelo atual, após várias denominações históricas, foi finalmente, em 24 de abril de 1935, por meio do Decreto nº 9.730, denominada Secretaria da Segurança Pública, unidade orçamentária da administração direta do Governo do Estado.

No final do século XIX, os serviços de administração pública da esfera e competência do Governo da Bahia eram distribuídos por quatro secretarias. Uma dessas secretarias era a de Polícia e Segurança Pública, criada pela Lei nº 115, de 16 de agosto de 1895, à qual pertenciam os serviços de polícia administrativa e judiciária, a força policial do Estado e o regime penitenciário, correccional e detentivo, e as prisões em geral.

De lá pra cá, diversas unidades foram criadas e extintas dentro da estrutura organizacional da SSP e dos órgãos a ela ligados, com vistas, principalmente, ao atendimento das necessidades sociais, pelo aumento populacional e físico das cidades.

Em 1983, através da Lei Delegada nº 78, de 03 de junho, foi instituído o Sistema Estadual de Segurança Pública, com a finalidade de executar a política governamental destinada a garantir a ordem pública, coparticipando do sistema da segurança interna e defesa civil do Estado, protegendo pessoas e patrimônios, assegurando os direitos e garantias individuais, prevenindo e reprimindo a criminalidade, garantindo o cumprimento da lei e o exercício dos poderes constituídos, tendo como órgãos integrantes: a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Departamento Estadual de Trânsito.



Foto: ASCOM SSP

Em 1986, a criação da Delegacia de Proteção à Mulher constituiu-se num passo concreto em direção à realidade social do momento, e já apontava para a necessidade de oferecer atendimento especializado à mulher vítima de vários tipos de delitos. Por sua vez, o reforço da atuação da Polícia Judiciária em relação aos crimes de homicídio doloso, de autoria incerta, não determinada ou ignorada, proporcionou a criação da Delegacia de Homicídios em 1989.

A atual estrutura foi definida pela Lei nº 9.006, de 24 de fevereiro de 2004, alterada pelas Leis nº 9.439, de 11 de abril de 2005, e nº 9.436, de 23 de março de 2005, quando foram criadas suas superintendências, vinculando o Departamento Estadual de Trânsito à Secretaria da Administração do Estado da Bahia.

Finalmente, através do Decreto nº 10.186, de 20 de dezembro de 2006, a estrutura da segurança pública foi modificada, buscando-se, sobretudo, a modernização e concentração dos esforços para reduzir a violência e a criminalidade, permitindo a execução de programas que culminaram com o novo modelo adotado de integração e polícia comunitária.



Organização e Estrutura

ÓRGÃOS COLEGIADOS

Conselho Estadual de Segurança Pública - CONSEG
Gabinete de Gestão Integrada - GGI

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Polícia Civil da Bahia - PCBA
Polícia Militar da Bahia - PMBA
Departamento de Polícia Técnica - DPT
Corregedoria Geral de Segurança Pública - COGER
Diretoria Geral - DG
Gabinete do Secretário - GASEC
Ouvidoria
Superintendência de Gestão Integrada da Ação Policial - SIAP
Superintendência de Gestão Tecnológica e Organizacional - SGTO
Superintendência de Inteligência - SI
Superintendência de Telecomunicações - STELECOM



Metodologia do Planesp



Foto: ASCOM SSP

O Planejamento Estratégico pode ser traduzido como um processo contínuo, durante o qual se definem e revisam a missão da organização, a visão de futuro, os objetivos e os projetos de intervenção que visam à mudança desejada.

Sob a orientação técnica do Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), deflagraram-se os trabalhos a partir da utilização da ferramenta denominada “Gerenciamento pelas Diretrizes” (GPD) a qual adota, como ponto de partida, as metas anuais da organização que são definidas com base no plano de longo prazo. O objetivo da ferramenta em destaque é o de direcionar a caminhada eficiente do controle da qualidade (rotina), para a sobrevivência da organização.

A implantação do Gerenciamento pelas Diretrizes pressupôs um comprometimento da Alta Administração, além de ter requerido a existência de um sistema de coleta e análise de informações, bem como uma elevada competência no método de solução de problemas e um sólido gerenciamento funcional. Para tanto, compreendeu-se que os servidores/colaboradores deveriam ser treinados e levados a compreender muito bem o relacionamento entre seu trabalho e as metas da Secretaria.

Na atualidade, tendo em mira a construção do PLANESP 2012-2015, num ambiente que é impactado pelo Programa de Governo denominado PACTO PELA VIDA (PPV), e, portanto, a necessidade futura de comunicar a estratégia com mais rapidez, fidelidade e convite à adesão, colocou-se em prática a utilização combinada de duas ferramentas de planejamento estratégico, quais sejam, o GPD, que já estava em uso, e o *Balanced Scorecard* (BSC), que passa a ser um experimento inovador nesta Secretaria.

Para viabilizar o diagnóstico que precede os trabalhos de definição da estratégia, optou-se pelo emprego da Matriz SWOT, que é uma planilha que permite o cruzamento de cenários para definir quais são os objetivos considerados estratégicos para a organização. Em língua inglesa, SWOT é uma abreviação das palavras *strengths*, *weaknesses*, *opportunities* e *threats* que traduzidas, respectivamente, significam: forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

Ao empregar a ferramenta Matriz SWOT, preliminarmente foi considerado o cenário interno desta Secretaria, em meio ao qual se analisaram as forças e as fraquezas, sendo, as primeiras, compreendidas como elementos classificados como vantajosos e as segundas, caracterizadas como inconformidades, ou melhor, como pontos que merecem aperfeiçoamento.

Numa segunda etapa, passou-se a examinar o cenário externo, observando as oportunidades e ameaças que lhe são inerentes. Quanto às oportunidades, pode-se dizer que são acontecimentos que oportunizam o crescimento da organização, enquanto as ameaças são elementos que dificultam o alcance da visão de futuro da organização.

Compreendida a aplicabilidade da ferramenta, a equipe técnica pôs-se a desenhar a Matriz SWOT desta instituição, contribuindo com o diagnóstico abaixo explicitado, o qual também está sustentado em análises, constantes nos ANEXOS 01 e 02:

Ameaças	Oportunidades
01. Os recursos financeiros destinados à SSP não são suficientes para suprir as necessidades da segurança pública, em face da dimensão do Estado da Bahia.	01. Percepção da SENASP e governantes em relação à relevância do investimento em TI e Inteligência Policial, como grandes diferenciais no combate à violência e à criminalidade.
02. Ampliação da exclusão socioespacial nas grandes cidades do Estado da Bahia, aumentando índices de criminalidade e violência.	02. Criação e instalação de Guardas Municipais e de Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGIM).
03. Dificuldade de integração dos sistemas de informação de diversos órgãos, como Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, Tribunal de Justiça e Ministério Público.	03. Possibilidade de realização de parcerias e convênios com a sociedade civil organizada, contribuindo, desse modo, para soluções de baixo custo.
04. Crescimento da criminalidade e homicídios entre jovens.	04. Investimentos do Governo Federal em segurança pública e em ações sociais e estruturantes no estado.
05. Baixa credibilidade da polícia e dos demais órgãos do governo junto à sociedade.	05. Agenda de eventos nacionais e internacionais que exigem modernização dos serviços policiais de segurança pública e que fazem com que o Estado aloque recursos para este fim.
06. Maior atuação do crime organizado, promovendo insegurança e instabilidade no sistema de defesa social, inclusive com envolvimento de policiais na prática de crimes.	06. Mobilização da sociedade organizada e órgãos de defesa dos direitos humanos, atuando como parceiros na prevenção e contenção do crime e da violência.

Fraquezas	Forças
01. Déficit de servidores nas polícias.	01. Conhecimento sobre o negócio (segurança pública).
02. Inexistência de um sistema integrado de gestão de pessoas.	02. Presença geográfica da SSP em todo o estado possibilitando a execução de ações integradas no combate à criminalidade.
03. Processo de formação e capacitação deficientes.	03. Participação conjunta de policiais em cursos de capacitação e aperfeiçoamento, focando a integração entre as polícias.
04. Servidores das organizações policiais desmotivados em face da política salarial e condições de trabalho incompatíveis com suas atribuições.	04. Alinhamento das ações da SSP com os princípios definidos no Plano Nacional de Segurança Pública elaborado pela SENASP.
05. Aparelho policial enfrenta sérias carências ou inadequações.	05. Conhecimento técnico para elaboração de projetos e convênios destinados à captação de recursos externos.

Missão

Trata-se da declaração aberta sobre a natureza da organização, sua razão de existir.

A partir do trabalho desenvolvido no Seminário de Gestão Estratégica, que resultou no Plano Estadual de Segurança Pública 2004-2007, do qual participaram os principais dirigentes do Sistema de Segurança Pública Estadual, foi definida a seguinte missão para a Secretaria da Segurança Pública:

“Garantir segurança pública à sociedade e às instituições, contribuindo para a promoção da paz social”.

Foto: ASCOM SSP



Visão de Futuro

Conhecer a missão é, tão somente, o início de uma grande e árdua viagem, bem porque, além de saber sua razão de existir, a organização precisa determinar que tipo de progresso, de avanço, deseja alcançar.

Recorrendo à doutrina amplamente difundida, diz-se que as organizações exitosas – as organizações de sucesso – optam por desafios grandiosos, difíceis e audaciosos. Tais desafios são inspiradores e geram a tendência de concentração de esforços de todos os colaboradores, funcionando como catalisadores do sentimento de equipe.

Trabalhar em total harmonia e com objetivos compartilhados, além de potencializar a capacidade das equipes, gera a vontade de alcançar as metas estabelecidas, como se as mesmas fossem a linha de chegada de uma competição. E, afinal, quem gosta de perder uma competição?

Os desafios fixados para a organização, além de motivarem as pessoas, tornando-as ávidas por vencê-los, devem envolvê-las de forma tal a criar em suas mentes as imagens detalhadas do futuro desejado.

É bom ter em mente, contudo, que a visão de futuro é apenas um contexto para dar vida à dinâmica, bem porque a construção de organizações visionárias, como pretende ser a Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia, requer 1% de visão e 99% de ADESÃO.

Nesses termos e levando em consideração todos os desafios com os quais esta Secretaria já se comprometeu, pode-se dizer que o futuro pretendido é aquele para o qual toda a força de trabalho, orientada pela liderança, está, destemidamente, olhando e desejando chegar, até porque o patamar evolutivo escolhido é aquele entendido como compatível com o desejo social, senão vejamos:

Ser, até 2015, um referencial comparativo, para os demais Estados da Federação, quanto ao percentual de redução das taxas de CVLI e CVP.

Valores

De acordo com Paul R. Niven,
“(...) valores são princípios eternos que orientam uma organização. Eles representam as convicções mais profundas (...), demonstradas através dos comportamentos diários de todos os seus funcionários (...)”

Os valores não são criados, eles têm que ser percebidos, apurados, sentidos... Na Secretaria da Segurança Pública, identificamos como valores dedicados à comunidade: SERVIR e PROTEGER.



Hino da Polícia Militar da Bahia

Canção Força Invicta

Letra:
Major PM
José Modesto

Música:
Major PM
Eduardo Ramos

Centenária milícia de bravos
Altaneira na fé e no ideal
Atravessaram da Pátria as fronteiras
Tuas armas, tua glória, teu fanal

Força invicta da terra brasileira
Na Bahia irrompeu varonil
Desfraldando do Império, a Bandeira
Das primeiras a surgir no Brasil.

Pelejaste no Brasil e no estrangeiro
Sob o Império e na República também
Jamais derrotas sofreram tuas armas
Quer aqui ou em plagas além

No sul do País norte ou centro
Memorados são os teus brasões
Teu heroísmo cantaram os pampas
Teu denodo proclama os sertões

Da Pátria é também tua história
Criada foste com a emancipação
O teu sangue regou nosso solo
Ajudaste a edificar a nação

Centenária milícia de bravos
Altaneira na fé e no ideal
Atravessaram da Pátria as fronteiras
Tuas armas, tua glória, teu fanal



Hino da Polícia Civil da Bahia

Letra:
Delegado Geraldo
Artur Reis de Castro

Música:
Maestro Alcyvando
Liguori da Luz

Em defesa de legais valores
Na batalha do bem contra o mal
No combate, em duros labores.
Entre a vida e a morte; o fanal.

Ela tomba nos braços da história,
ressuscita nos sonhos de mil
Não deseja pra si honra ou glória,
É polícia, é forte, é viril.

No respeito à lei se filia
Rediviva no seu ideal,
É Polícia Civil da Bahia
Mantedora da paz social.

Por sol tem o herói Tiradentes
Alicerce de raça e de luta,
No Brasão e Bandeira presentes
Simbolismo de honra e labuta.

Suas cores definem, em concreto.
A imagem de sua grandeza
No azul de um céu descoberto
E no branco da paz, a pureza.

No amor de seus filhos, certeza
Do dever que comanda é guia.
No pulsar desses peitos, nobreza.
É Polícia Civil da Bahia.

Mapa Estratégico (Balanced Scorecard)

A decisão pela aplicação concomitante de duas ferramentas de planejamento estratégico, num processo de substituição gradativa, está sustentada no fato de que, apesar da estratégia estar solidamente definida e haver um processo lógico de desdobramento das metas, a comunicação de todos esses elementos representa um dos mais importantes pontos críticos de sucesso da organização em exame, haja vista que os colaboradores precisam estar adequadamente informados para que se sintam parte da equipe que, decisivamente, garantirá que todos alcancem a “linha de chegada”.

Assim, evidenciou-se necessária a construção do Mapa Estratégico da Secretaria, valendo-se de todos os insumos levantados através da aplicação do GPD (Gerenciamento Pelas Diretrizes). As diretrizes, agora chamadas de objetivos estratégicos, foram reorganizadas e repensadas em perspectivas, respeitadas as especificidades do serviço público.

A fim de atender as especiais necessidades da gestão pública, foram mantidas, do modelo original, as perspectivas Aprendizado e Crescimento, e Processos Internos. Quanto à perspectiva Mercado/Cliente, passou a chamar Beneficiário/Usuário. Acrescentou-se a perspectiva Sociedade, onde, a rigor, estaria a perspectiva Financeira, e esta foi remanejada para a base do Mapa Estratégico, haja vista que foi considerada estruturante.

O relacionamento entre as perspectivas se dá de forma tal que nas duas inferiores estejam contemplados os objetivos estratégicos que sustentarão os demais e que demandarão esforço interno da organização, enquanto nas duas perspectivas superiores, os objetivos estratégicos deverão demonstrar que tipo de resultado será gerado para o Beneficiário/Usuário e para a Sociedade.

A construção de um Mapa Estratégico, normalmente, remete seus formuladores a um exercício de confirmação de causalidade constante, assegurando-se, assim, que os objetivos estratégicos tenham, entre si, total compatibilidade e integração. Na verdade, muito mais importante do que construir um Mapa Estratégico, a Secretaria da Segurança Pública buscou desenvolver uma reflexão e um olhar estratégicos, decidindo atuar conforme o caminho definido pela estratégia, que pode ser contada da seguinte forma:

Cartilha



Foto: SECOM SSP

Para o alcance da visão de futuro pactuada, a Perspectiva Financeira foi compreendida como a primeira a ser enfrentada, ou seja, o ponto de partida desse caminho. Solidificou-se a certeza de que permanecer atuando com o montante de recursos atualmente disponibilizado nos impedirá de dar o salto pretendido. Atuar de forma a convencer o Governo do Estado acerca da necessidade de maiores investimentos, além do compromisso pela busca por recursos externos nos conduziram ao estabelecimento do Objetivo Estratégico “Incrementar a captação de recursos para investimento e custeio”, que passa a ser a primeira “raiz” dessa “árvore” Estratégia.

Sentindo falta de mais “raízes”, ingressamos na Perspectiva Aprendizado e Crescimento, sendo necessário responder à seguinte questão: como, para alcançar nossa visão de futuro, devemos manter a capacidade de mudar e melhorar? Ou ainda, além dos recursos financeiros, o que mais funcionará como base/pilar para permitir o salto pretendido? Em resposta, decidimos nos sustentar numa força de trabalho com suas habilidades técnicas e comportamentais bem desenvolvidas, oferecendo aos colaboradores a possibilidade de amplo refinamento de suas competências. Desejamos investir no SER HUMANO, tornando sua técnica perfeita, seu senso de humanidade apurado e sua percepção desperta, inclusive para novos conhecimentos, a exemplo da mediação. Assim foi incorporado o Objetivo Estratégico, “Refinar competências dos colaboradores”.

A SSP deseja que, além de adequadamente capacitado, o colaborador esteja satisfeito, bem acolhido pela Organização, o que deverá se estender, inclusive, a seus familiares. Motivando os servidores, deseja-se vê-los mais empenhados na assunção dos desafios pactuados com a sociedade e com a própria Organização. Desse desejo, nasceu o Objetivo Estratégico “Garantir a satisfação e a motivação dos colaboradores”. Os desafios para os próximos anos incluem, inclusive, uma nova postura da força de trabalho, frente às comunidades atendidas e ao meio ambiente afetado pela atuação policial, sendo necessário inserir, no caldo da cultura organizacional, o sentimento de cuidado, de respeito, de preservação e de sustentabilidade do planeta e da vida humana. Assim, incluímos o Objetivo Estratégico “Estimular o exercício da responsabilidade social da força de trabalho”.



Foto: ASCOM SSP

Finalizando a construção da Perspectiva em exame, entendemos ser indispensável criar um ambiente que estimule a disseminação de bons exemplos e a supremacia do cumprimento das regras e padrões, a fim de evitar a proliferação de desvios funcionais. Para tanto, nos comprometemos com o Objetivo Estratégico “Criar ambiente que enalteça a moral e o bom desempenho”. É possível, desde já, mencionar que nesse desafio estará inserida a necessidade de aperfeiçoamento dos trabalhos de correção, até porque a certeza de efetividade na atuação correcional inibe os desvios e auxilia na manutenção de um comportamento desejado. Pretende-se alcançar a certeza de que, integrando a força de trabalho, só ficarão os “bons, corretos e valiosos”. A correção tem como funções principais a prevenção e a orientação, haja vista que permite identificar possibilidades de desvios e/ou erros técnicos, atuando para que eles não ocorram, num chamamento à retomada do rumo.

Por outro lado, a criação de um ambiente que enalteça a moral gerará a satisfação para a maioria dos servidores que atuam de forma a honrar a Organização. Depurar a força de trabalho, concedendo aos virtuosos a possibilidade de desenvolvimento e a certeza de acolhimento e reconhecimento, completa a “raiz” dessa “árvore”. É importante perceber, ainda, que o incremento de recursos é essencial à viabilização da Perspectiva em destaque, bem porque investir nos colaboradores é, nesta hipótese em construção, a maior certeza de mudança e melhoria!



Foto: ASCOM SSP

“Raízes” firmemente constituídas, é momento de passar à Perspectiva Processos Internos, que já nos aguardava com uma pergunta: para satisfazer os clientes, em que processos a Secretaria da Segurança Pública precisará melhorar? O nosso grande desejo é o de atender, com excelência, aos usuários, oferecendo-lhes evidências de que os serviços e produtos disponíveis ingressaram num círculo virtuoso de melhoria. Além de modernizar as formas de atender, observando as especificidades dos grupos de usuários, é nossa vontade deflagrar a oferta de novos produtos e serviços que possam proporcionar amplitude ao atendimento prestado, assim, nos conectamos com o Objetivo Estratégico “Modernizar e inovar métodos de atendimento”.

Para atingir o objetivo aludido acima, entendemos ser necessário aprimorar as práticas de gestão, prestigiando os processos finalísticos, porque neles nos encontramos com nossos clientes. Assim, foi imperioso declarar essa decisão através de um outro Objetivo Estratégico ao qual coube refletir, com plena fidelidade, a comentada intenção organizacional, qual seja, “Adotar práticas gerenciais com foco no aperfeiçoamento das atividades finalísticas”. Ainda na Perspectiva de Processos Internos, tratou-se da necessidade de garantir o instrumental imprescindível à execução das atividades que efetivam a missão da organização, por isso firmou-se o Objetivo Estratégico “Disponibilizar insumos e equipamentos adequados à atividade de segurança pública”.

É necessário ainda que atuemos guiados pela inteligência policial, vale dizer, que colemos e analisemos informação para elaboração de um produto final, conhecimento criado para instrumentar o processo decisório da gestão de segurança pública, tanto por meio de análises criminais táticas quanto estratégicas, conforme orienta o Ten.-cel. da Polícia Militar de Santa Catarina, Aldo Antônio dos Santos Júnior, em seu artigo “Novos rumos da inteligência policial”, produzido em 2007 (<http://www2.forumseguranca.org.br/node/22058>). Diante disso, acolhemos o desafio de “Promover a gestão da inteligência policial”.



Foto: ASCOM SSP

Consolidando a Perspectiva de Processos Internos, enxergamos a necessidade de inserção do Objetivo Estratégico “Fortalecer a gestão do conhecimento”, a fim de garantir que todo o conhecimento existente nas cabeças das pessoas, nas veias dos processos e no coração das unidades, bem como o que foi resultante de pesquisa científica conduzida por esta Secretaria, pertence à Organização. Em contrapartida, todos os colaboradores que contribuem ou não para esse sistema poderão usufruir de todo o conhecimento existente, estruturado e disponibilizado.

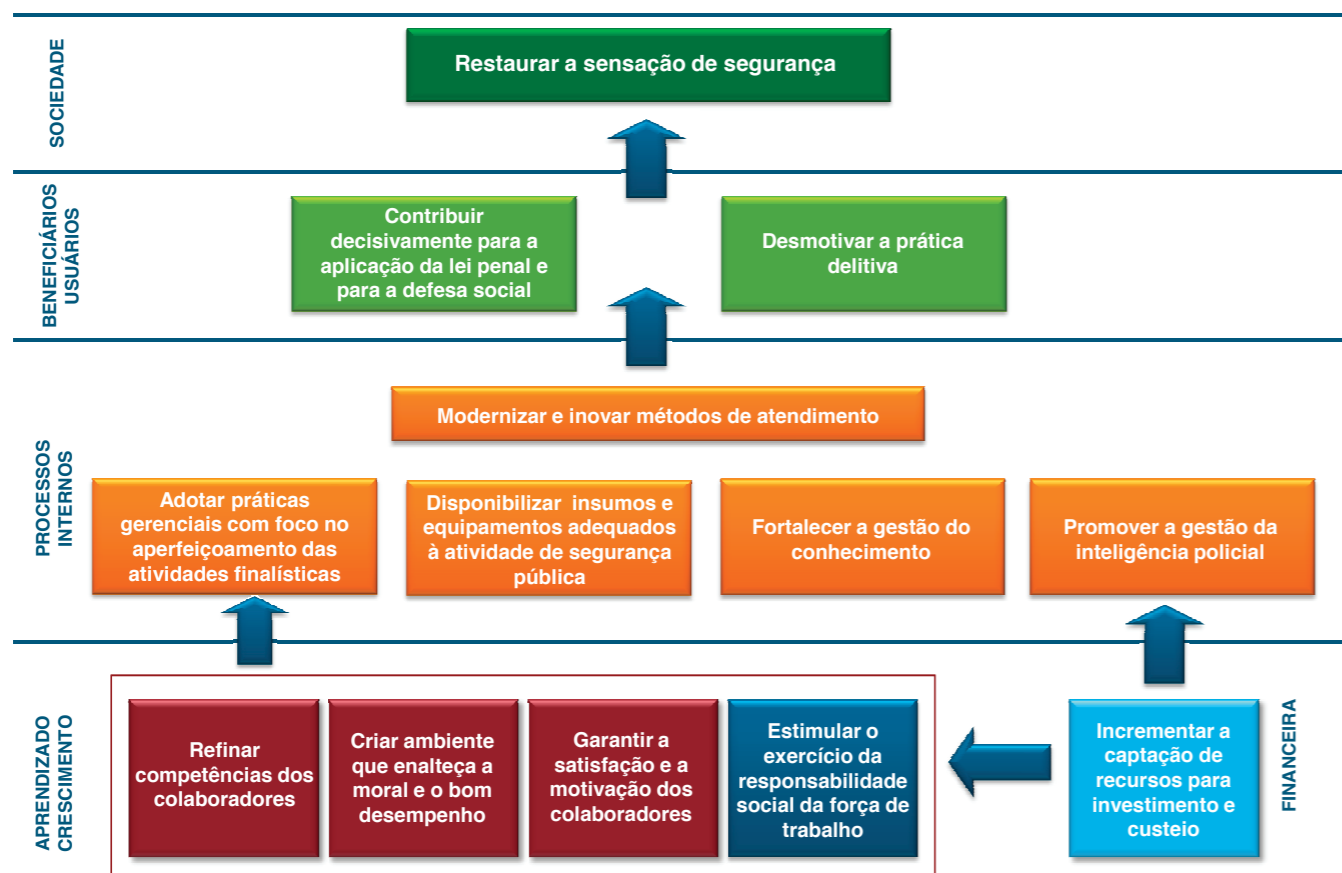
No processo de descrição da estratégia, chegou a hora de definir que tipo de entregas esta Secretaria desejará fazer aos seus clientes. Qual é a cesta de atributos que pretenderá apresentar? Após reflexão cuidadosa em relação às demandas sociais, restou consensuado que a CESTA DE ATRIBUTOS – PROPOSTA DE VALOR desta Secretaria da Segurança Pública seria assim composta: Celeridade, Precisão Técnica, Credibilidade, Proximidade, Inovação e Proatividade.

Sustentados nas respostas consignadas acima, foi possível construir a Perspectiva Beneficiários/Usuários. A partir da proposta de valor, compreendeu-se que a Secretaria da Segurança Pública deverá “Desmotivar a prática delitiva”, ora porque o potencial autor de crime irá desistir de atuar, pois sabe que os prepostos policiais estarão empenhados em frustrar seu intento, ora porque esta Secretaria impedirá que mais pessoas sejam cooptadas pela criminalidade, em razão da proximidade dos prepostos policiais e do estabelecimento de novos exemplos a serem seguidos, sobretudo pelos jovens (*market share*). Uma vez ofendida a paz social, por meio do crime ou do acidente, é dever desta Secretaria “Contribuir, decisivamente, para a aplicação da lei penal e para a defesa social”, a fim de que sejam minorados os danos causados às vítimas e haja o desaparecimento dos riscos reais e iminentes.

Ocorrendo o desejado na Perspectiva Beneficiários/Usuários, a hipótese é a de que reinará a sensação de segurança entre todos os membros da sociedade. Tal sensação de segurança, construída até 2015, deverá refletir a progressão pretendida e estampada em nossa visão de futuro.



Mapa Estratégico da Secretaria da Segurança Pública



Construído o Mapa Estratégico, avança-se para a etapa de definição de indicadores e metas que deverão servir, de fato, à alta administração, como um painel de bordo que dirá se a organização estará ou não caminhando no sentido dos resultados pretendidos.

Objetivos Estratégicos

01. Incrementar a captação de recursos para investimento e custeio.
02. Estimular o exercício da responsabilidade social da força de trabalho.
03. Garantir a satisfação e a motivação dos colaboradores.
04. Criar ambiente que enalteça a moral e o bom desempenho.
05. Refinar competências dos colaboradores.
06. Promover a gestão da inteligência policial.
07. Fortalecer a gestão do conhecimento.
08. Disponibilizar insumos e equipamentos adequados à atividade de segurança pública.
09. Adotar práticas gerenciais com foco no aperfeiçoamento das atividades finalísticas.
10. Modernizar e inovar métodos de atendimento.
11. Desmotivar a prática delitiva.
12. Contribuir decisivamente para a aplicação da lei penal e para a defesa social.
13. Restaurar a sensação de segurança.



Indicadores Estratégicos

01. Percentual de incremento de captação de recursos
02. Quantidade de ações sociais
03. Clima organizacional
04. Percentual de homenagens/elogios
05. Percentual de apuração
06. Percentual de servidores treinados
07. Custo médio do resultado das operações padronizadas
08. Quantidade de não conformidades de dados estatísticos
09. Itens incorporados à biblioteca virtual de Segurança Pública
10. Percentual de disponibilização do pacote básico para unidades finalísticas
11. Aderência ao MEGP
12. Quantidade de inovações introduzidas
13. Redução de taxas de CVLI
14. Redução de taxas de CVP
15. Percentual da população atendida com ações de proximidade
16. Percentual de indiciamento
17. Incremento de oferta de ações de defesa social
18. Percentual de satisfação do cliente
19. Percentual de sensação de segurança

Ao definir indicadores a partir dos objetivos estratégicos e das suas relações, é inevitável que se reforce o vínculo entre eles e a estratégia da organização. Quando nos valem do BSC, temos a garantia de que os indicadores, além de auxiliarem a comunicação da estratégia, determinam se estamos ou não avançando rumo à concretização da mesma e ao alcance final da visualização do futuro.

Iniciativas Estratégicas

Antes de tratar das iniciativas estratégicas, valendo-se dos resultados de pesquisa de satisfação pública, aplicada pela área de comunicação social do Estado, do resultado do CONSEG e da construção do Mapa Estratégico, a Alta Administração desta Secretaria elegeu quatro diretrizes estratégicas que resumirão sua atuação, senão vejamos:

- Prevenção e Repressão Qualificada da Violência.
- Fortalecimento da Gestão com Aperfeiçoamento Institucional.
- Formação, Capacitação e Valorização Profissional.
- Prevenção com Foco em Áreas Críticas.



Foto: SECOM

As diretrizes foram utilizadas durante as oficinas de planejamento estratégico – que envolveram inúmeros representantes da força de trabalho – para que fossem desenhadas, em primeira etapa, as iniciativas estratégicas da Secretaria da Segurança Pública.

Para as oficinas foram convidados a liderança e os servidores empoderados e especializados no negócio de cada organização. A tarefa deles foi o alinhamento de suas expectativas à estratégia desta Secretaria, que contará com a atuação sinérgica de todos – Polícia Civil, Polícia Militar, Departamento de Polícia Técnica, Superintendências, Ouvidoria e Corregedoria Geral.

A oficina aconteceu em dois momentos: o primeiro, no auditório da SSP, serviu para mostrar o modelo de coleta de informações e destinou-se, sobretudo, à sensibilização dos gestores máximos, acerca da importância do trabalho proposto, haja vista que dele derivaria o PLANESP 2012-2015.

A segunda fase aconteceu na Universidade Corporativa, Unidade SEFAZ, com a participação de aproximadamente 100 servidores, que trouxeram críticas e novas ações para as iniciativas inicialmente sugeridas a esta Secretaria.

Os resultados do trabalho desenvolvido nas oficinas do PLANESP foram consolidados, transformando-se nas propostas de iniciativas estratégicas desta Secretaria da Segurança Pública e viabilizando a estruturação preliminar do que, tempos depois, iria se transformar no nosso PORTFÓLIO DE PROJETOS (Anexo 05) para o período 2012-2015.



Foto: SECOM



Foto: SECOM

Considerando a ocorrência do Fórum de Segurança Pública, evento proposto pelo Programa Pacto pela Vida, que pretendeu oficializar o acordo de execução das ações articuladas entre a sociedade civil organizada e o Estado, com vistas à diminuição da violência, entende-se que eventuais necessidades de readequações dos projetos sempre serão acolhidas, bem porque não há como deixar de considerar a contribuição dos enriquecedores e sistemáticos debates populares.

Alterar-se para acompanhar a mudança de cenários é a essência da estratégia, razão pela qual ela precisa ser flexível, e, nas Organizações Públicas, sempre se adequar às necessidades da sociedade!

Anexo 01 ANÁLISE DE AMBIENTE EXTERNO

Cenário Social

Este espaço apresenta uma coletânea de dados sobre a realidade baiana, possibilitando o entendimento dos aspectos relativos à socioeconomia, assim como aquelas de caráter demográfico. As informações são disponibilizadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), autarquia da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Caracterização Demográfica



De acordo com os dados divulgados pelo último censo do IBGE (2010), a Bahia é o 4º (quarto) estado mais populoso do Brasil e o 15º (décimo quinto) mais povoado, com uma população de 14.021.432 habitantes, distribuída em 564.830,859 km², resultando em 24,82 hab./km², possuindo atualmente 417 municípios.

A Bahia é o centro da cultura afro-brasileira e boa parte da sua população é de origem africana, com maior porcentagem de pardos, seguidos de brancos, negros, indígenas e amarelos, com a seguinte composição étnica: 20,9% de brancos, 14,4% de negros, 64,4% de pardos e 0,3% de indígenas e amarelos.

A cidade mais populosa do estado é Salvador, capital do estado, com 2.676.606 habitantes, seguida por Feira de Santana (556.756 hab.), Vitória da Conquista (306.374 hab.), Camaçari (242.984 hab.), Itabuna (204.710 hab.), Juazeiro (197.984 hab.), Ilhéus (184.231 hab.), Lauro de Freitas (163.414 hab.), Jequié (151.921 hab.), Teixeira de Freitas (138.491 hab.), Barreiras (137.428 hab.), Porto Seguro (126.770 hab.) e Simões Filho (118.020 hab.).

Caracterização Socioeconômica

A economia da Bahia, embora apresente relevante avanço na área da indústria, ainda registra na agropecuária e turismo seus grandes vetores econômicos. O estado responde por 36% do PIB do Nordeste. Dentre os estados brasileiros, conta com o 7º (sétimo) maior PIB do país, sendo o 1º da região Nordeste.

Com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 26 Territórios de Identidade (Figura 1), constituídos a partir da especificidade de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, pelo qual as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar.

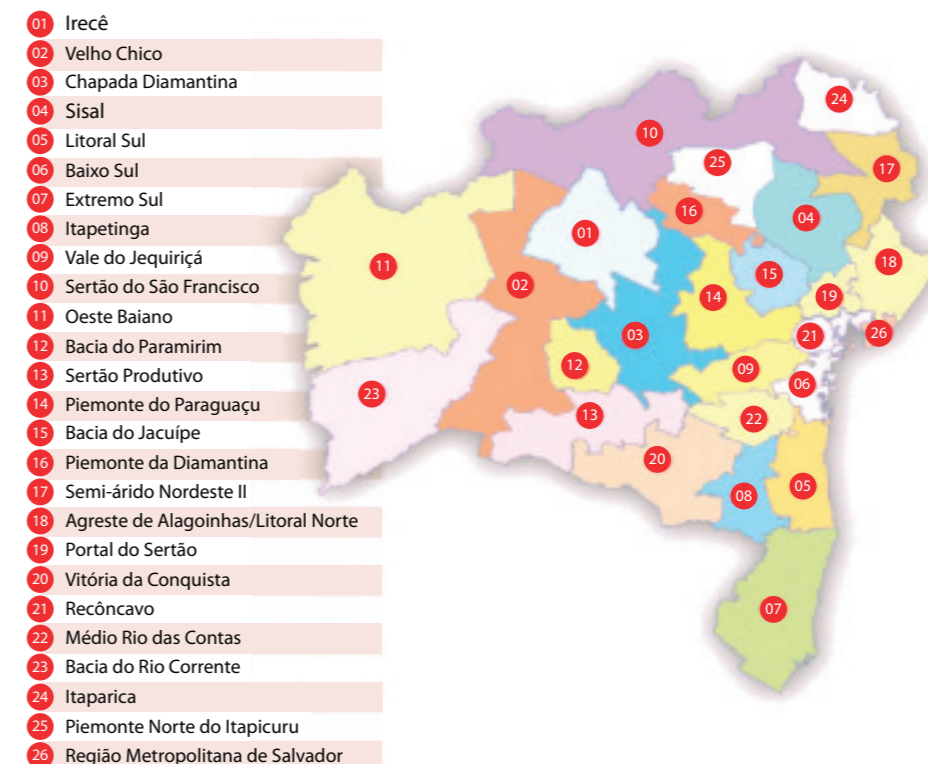


Figura 1

O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, nos quais se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. Atualmente o desafio tem sido alinhar o planejamento estratégico e operacional da SSP às necessidades e especificidades de cada um dos 26 territórios, já que a metodologia para definição dessas áreas foi diferente. Hoje o realinhamento das Áreas Integradas da Segurança Pública também considera a definição dos Territórios de Identidade.

Apesar de ser uma das maiores economias do Brasil, ocupando o 7º lugar, com o PIB acima de 128 bilhões de reais, possui mais de oito mil reais de PIB *per capita*, gerando um quadro ruim de distribuição de renda, refletindo no IDH: 0,742 (PNUD 2006). Porém, vale ressaltar que o IDH baiano está classificado como médio-alto, portanto, superior ao dos países menos avançados. Tal cenário também foi considerado na definição das ações planejadas pelas polícias.

Cenário da Pobreza na Bahia - Infraestrutura Social

Domicílios - Censo 2010:
5.063.702

Domicílios - CadÚnico:
2.337.053

46,2%

Quantidade de habitações
construídas com adobe,
madeira, material
aproveitado, taipa ou outro
material - 708.168 (30,3%).

Domicílios que são
iluminados por lâmpião,
vela, relógio
comunitário, sem
relógio, etc. - 445.478
(19,5%).

Domicílios com
tratamento precário
(cloração, fervura, outros)
ou sem tratamento -
1.019.550 (43,6%).

Domicílios com
escoamento sanitário a
céu aberto, fossa
rudimentar, fossa séptica,
vala, outros - 1.420.429
(60,8%).

Domicílios com
abastecimento de carro-
pipa, poço/nascente, etc.
- 814.967 (34,9%).

Quantidade de habitações
com déficit habitacional
(alugadas, cedidas,
invadidas, outra forma de
ocupação) - 631.545 (27%).

Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais - 2010

Cenário da Segurança Pública no Brasil, no Nordeste e na Bahia

No Brasil, o avanço da criminalidade, especificamente nos grandes centros urbanos, tem ocasionado grandes custos sociais e econômicos. Os óbitos por homicídios, sobretudo de jovens, afetam a expectativa de vida da população, que poderia ser superior a atual se não houvesse tantas mortes prematuras relacionadas à violência. Além das vidas perdidas e das sequelas emocionais para as famílias das vítimas, a violência interfere diretamente na qualidade de vida do cidadão e gera elevadas despesas para o Estado, como na assistência à saúde e na contenção do crime.

A análise do cenário da segurança pública tem como objetivo identificar o perfil de ocorrências delituosas, sua incidência e as cidades e regiões da Bahia com maior vulnerabilidade à violência, e assim permitir focalizar nesses locais as ações necessárias ao enfrentamento das causas da violência.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, em 2009, os estados do Nordeste registraram, juntos, a segunda maior média entre as taxas de homicídio doloso das regiões brasileiras (29,3 homicídios dolosos/100 mil habitantes), perdendo apenas para a região Norte (29,5 homicídios dolosos/100 mil habitantes). Alerta-se, no entanto, que mesmo registrando o segundo pior índice em relação às outras regiões do país, o Nordeste diminuiu 3,6 pontos, comparando-se com o ano de 2008.

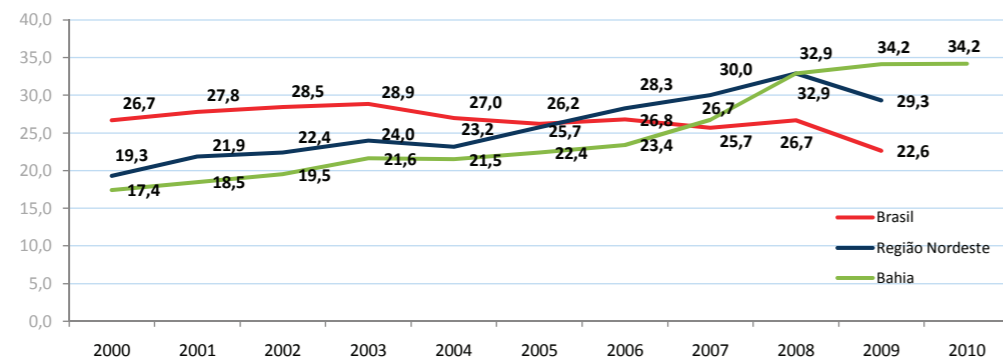


Segundo a pesquisa do Sistema de Indicadores de Percepção Social sobre Segurança Pública (SIPS), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2009, 85,8% dos entrevistados nordestinos disseram que tinham muito medo de serem assassinados. Ainda de acordo com o Ipea, no Sudeste, os estados mais populosos – Minas Gerais e São Paulo – puxam a média da região para baixo, com 7,1 e 11 homicídios por 100 mil habitantes, respectivamente. Nesta região, o Espírito Santo foi o estado que apresentou a taxa mais alta, 57,9 homicídios dolosos por 100 mil hab., sendo a segunda maior do país, atrás apenas de Alagoas (63,3 por 100 mil hab.).

Na região Centro-Oeste, a taxa de homicídio doloso (25,4 por 100 mil habitantes) está igualmente acima da média nacional de 22,4 por 100 mil hab. Nesse mesmo período, os estados da região Sul apresentaram os menores índices com 10,4 homicídios por 100 mil habitantes.

No gráfico abaixo, encontra-se a taxa de homicídios registrados, ano a ano, na Bahia, na região Nordeste e no Brasil. É possível observar que, em 2009, o Brasil e a região Nordeste apresentaram redução da taxa de vítimas por grupo de 100 mil habitantes, enquanto que a Bahia apresentou crescimento, alcançando o índice de 34,2. Em 2010, entretanto, houve uma interrupção da linha de crescimento, com a manutenção da taxa de 2009.

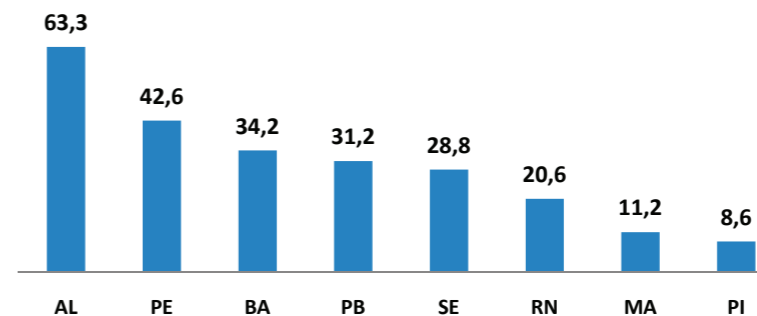
TAXA DE HOMICÍDIOS POR GRUPOS DE 100 MIL HABITANTES
ANÁLISE BAHIA/NORDESTE/BRASIL
2000 a 2010*



Fonte: SSP-BA

Conforme os dados publicados no Relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, considerando a taxa de vítimas de homicídio por grupo de 100 mil habitantes, em 2009 a Bahia ocupou a 5ª colocação no cenário nacional e a 3ª colocação na região Nordeste, ficando atrás de Alagoas e Pernambuco.

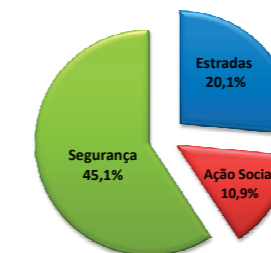
Taxa de homicídios por grupo de 100 mil habitantes - Região Nordeste 2009



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança

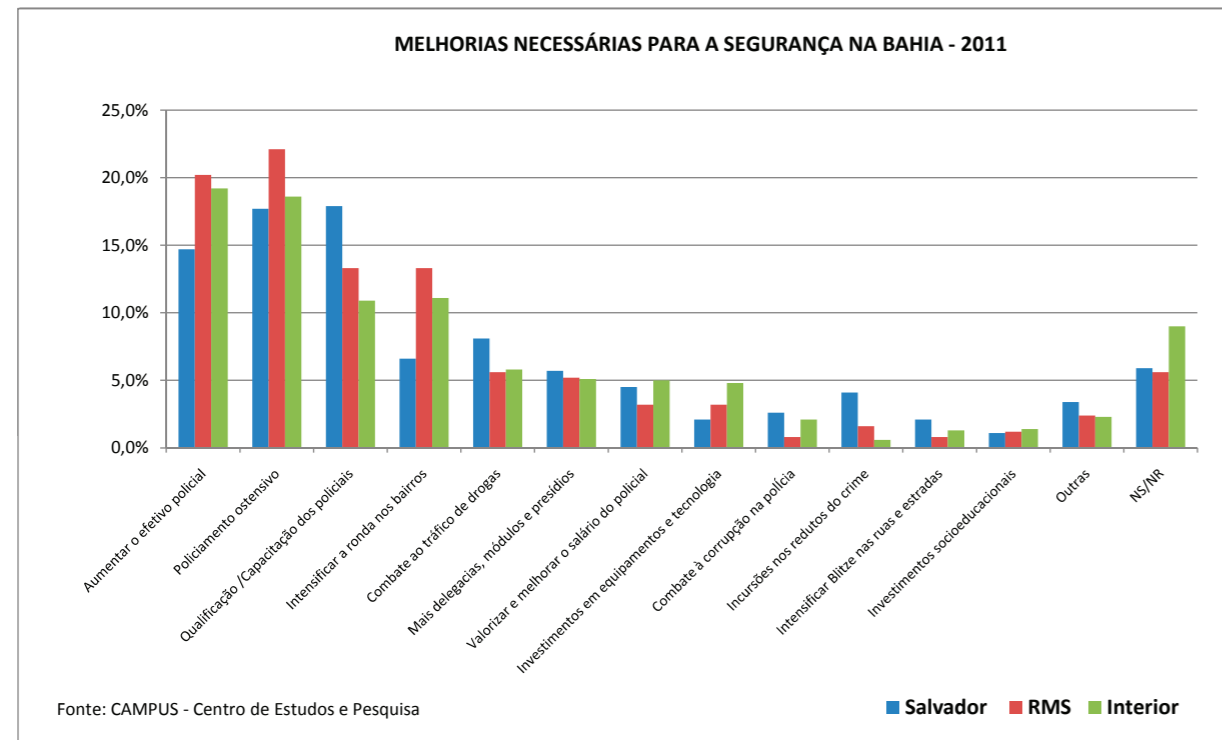
Estudos também demonstraram que a segurança pública apresentou o maior grau de insatisfação para os moradores do estado. Foi o que evidenciou o Centro de Estudos e Pesquisa – CAMPUS, contratado pelo Governo do Estado para avaliação das suas ações nas áreas de infraestrutura (estradas), ação social e segurança, no período de 03 a 11 de dezembro de 2010, com 2.598 moradores do estado entrevistados, com idade de 16 anos ou mais.

Grau de Insatisfação: Estradas x Ação Social x Segurança
2010

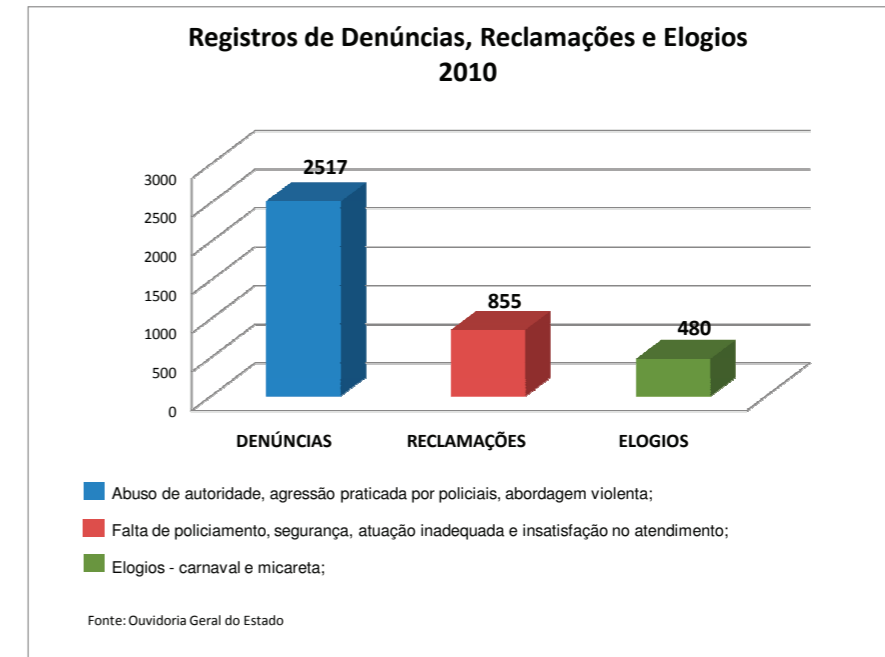


Fonte: CAMPUS - Centro de Estudos e Pesquisa

A mesma pesquisa indicou, como principais melhorias para segurança pública, na opinião da população entrevistada, a necessidade de aumento do efetivo policial, o policiamento ostensivo, a qualificação e capacitação dos policiais, a qualidade do atendimento nas delegacias, dentre outras, estratificando os resultados nas regiões de Salvador, Região Metropolitana de Salvador (RMS) e interior.



Segundo dados da Ouvidoria Geral do Estado, em 2010, o número de denúncias e reclamações relativas à conduta de policiais foi muito maior que o quantitativo de registros de elogios. O grau de insatisfação com a segurança pública tem reflexo direto na credibilidade das ações da polícia e do governo.





Indicadores de Segurança Pública

Os principais indicadores de segurança definidos para medir a dinâmica da criminalidade do estado foram CVLI (Crimes Violentos Letais Intencionais) e CVP (Crimes Violentos Contra o Patrimônio).

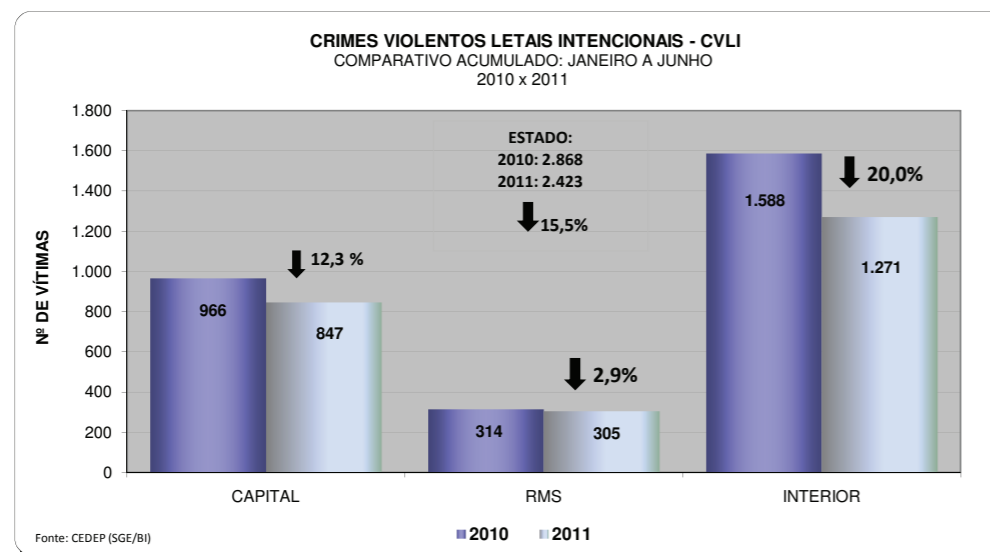
Os indicadores CVLI e CVP refletem a ocorrência dos crimes de grande potencial ofensivo na sociedade, cuja classificação foi denominada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), possibilitando a indicação das áreas que devem ser consideradas prioritárias no direcionamento dos recursos e projetos do governo.



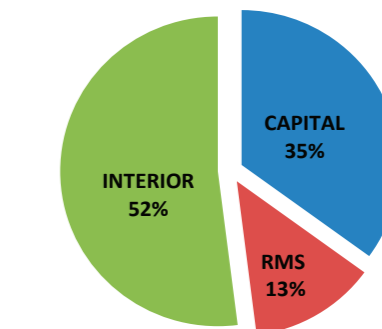
Análise dos Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI

Os delitos que compõem os crimes violentos letais intencionais são: homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte, sendo que o primeiro representa cerca de 95% do indicador.

No primeiro semestre de 2011, foram registradas 2.423 ocorrências de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) no estado, representando uma redução de 15,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, em que houve 2.868 ocorrências. Na capital e no interior, essa diminuição foi mais significativa (12,3% e 20%, respectivamente), enquanto que na RMS a redução foi um pouco menor, registrando 09 vítimas a menos.

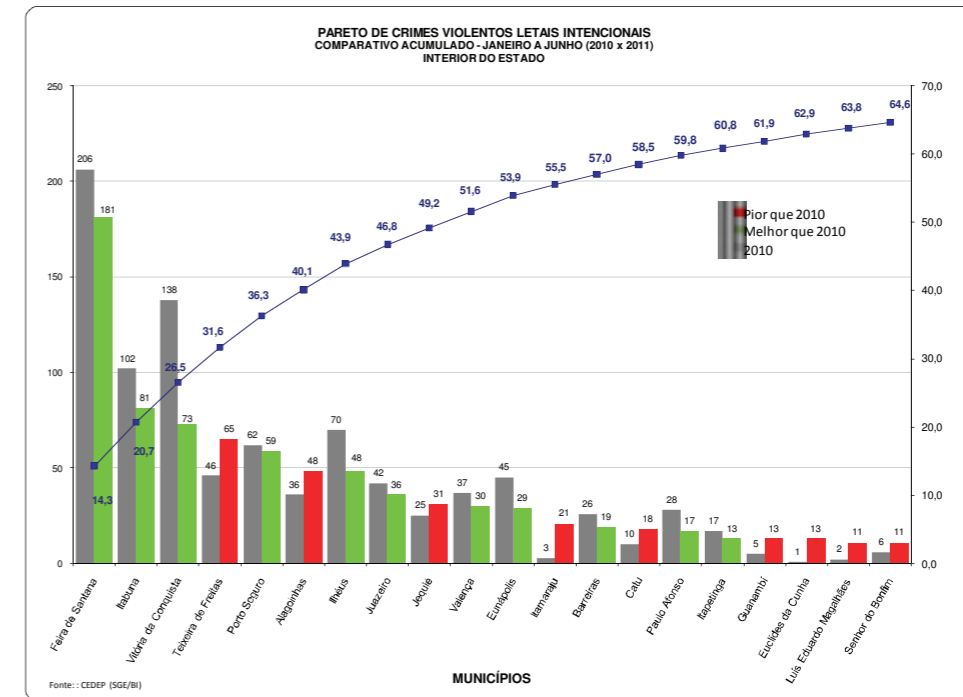


Distribuição Percentual do total de CVLI Estado da Bahia - 1º Sem. 2011



Apesar de contar com apenas 13% do total de CVLI no estado, não se pode, na elaboração de estratégias de atuação, ignorar a Região Metropolitana, por se tratar de território contíguo ao da capital.

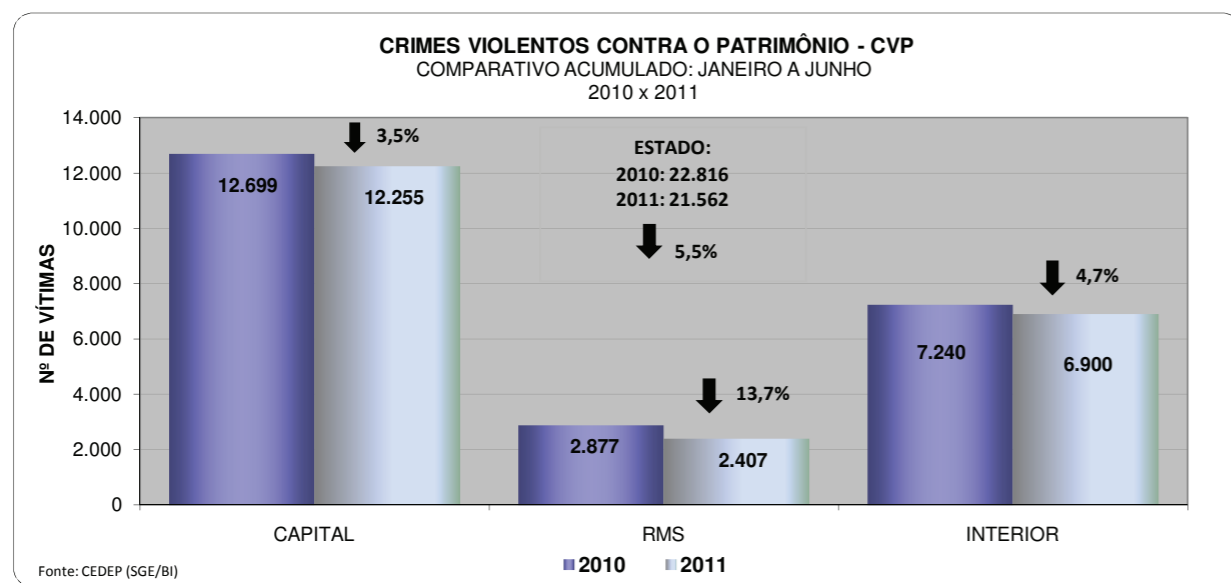
No interior do estado, o 1º semestre de 2011 foi finalizado com vinte municípios concentrando 65% do total de vítimas de CVLI. Os municípios de Teixeira de Freitas, Alagoinhas, Jequié, Itamaraju, Catu, Guanambi, Euclides da Cunha, Luís Eduardo Magalhães e Senhor do Bonfim registraram aumento em relação ao mesmo período do ano anterior.



Análise dos Crimes Violentos Contra o Patrimônio - CVP

Os delitos que compõem os Crimes Violentos Contra o Patrimônio são: roubo a transeunte, a veículo, a ônibus, à residência, a estabelecimento comercial e extorsão mediante sequestro.

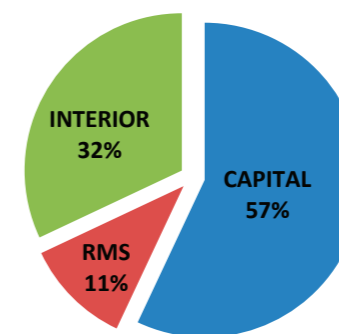
Considerando as ocorrências de CVP, na capital e Região Metropolitana, em 2011, no primeiro semestre, foram registradas 14.662 ocorrências, o que representa uma redução de 5,9% em relação ao ano anterior, quando foram registradas 15.576 ocorrências.



No primeiro semestre de 2011, o roubo a transeunte liderou o ranking dos crimes violentos contra o patrimônio, seguido de roubo de veículo, à casa comercial e a ônibus.

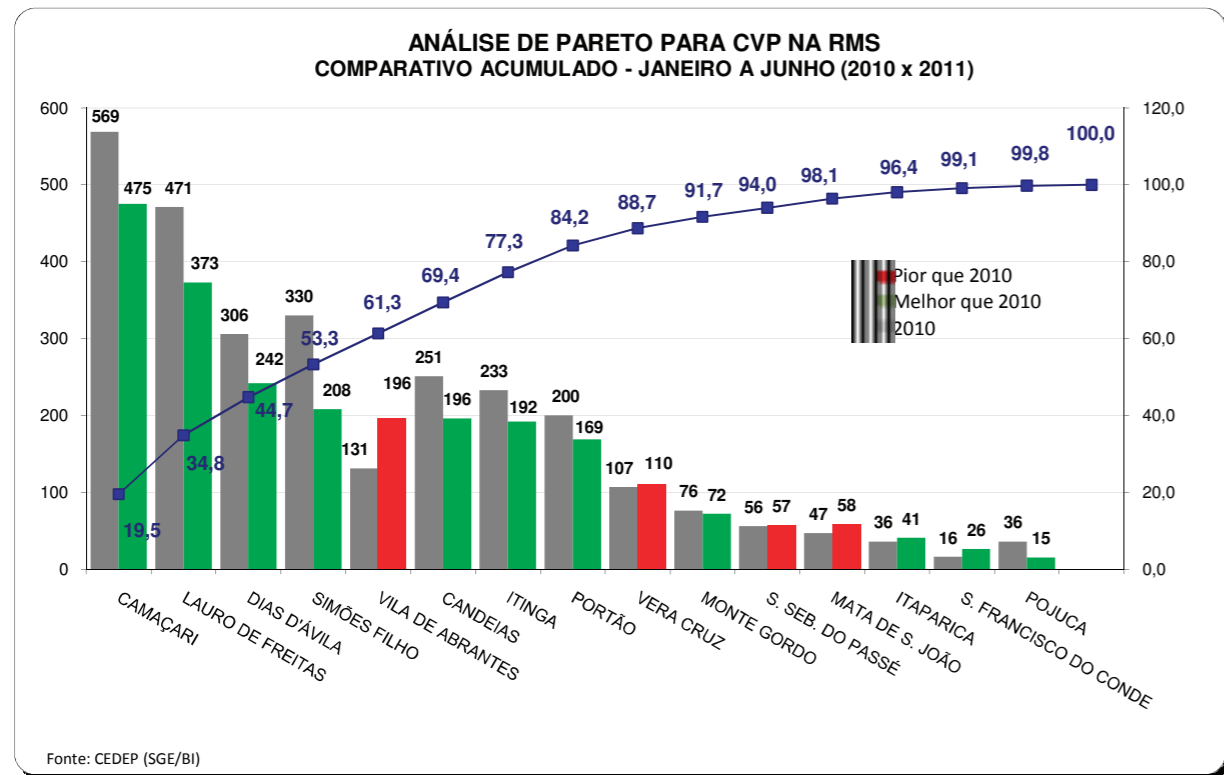
A capital concentrou 57% das ocorrências de CVP em todo o estado, com destaque para o crime de roubo de veículos, que apresentou aumento nos últimos anos, o que exigirá dos órgãos policiais uma ação específica para sua contenção, já que esse crime é genericamente identificado como crime-meio para a prática de outros delitos, como o tráfico de drogas e homicídio, embora ainda não existam dados estatísticos que evidenciem cientificamente essa afirmação.

Distribuição Percentual do total de CVP Estado da Bahia - 1º Sem. 2011

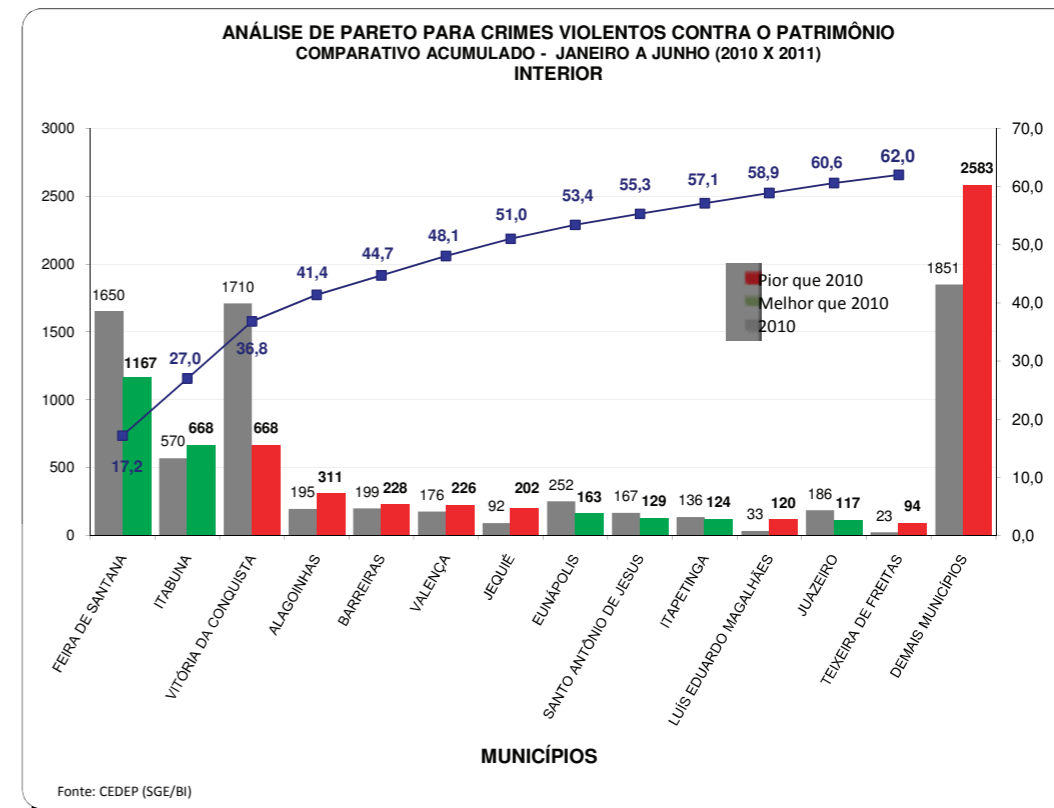


Fonte: SGE

A Região Metropolitana de Salvador, durante o primeiro semestre de 2011, concentrou 11% dos crimes violentos contra o patrimônio registrados em todo o estado da Bahia. Desse percentual, 50% dos crimes ocorreram em 04 cidades: Camaçari, Lauro de Freitas, Dias D'Ávila e Simões Filho. Todas elas apresentaram redução em relação ao mesmo período de 2010.



No interior do estado, considerando o primeiro semestre de 2011, a redução dos crimes violentos contra o patrimônio foi de 4,7%, que em números absolutos representa 340 ocorrências a menos do que 2010.



O gráfico acima apresenta a incidência dos crimes violentos contra o patrimônio nas cidades do interior do estado, sendo possível observar que 07 cidades, juntas, respondem por 51% dos registros de CVP: Feira de Santana, Itabuna, Vitória da Conquista, Alagoinhas, Barreiras, Valença e Jequié.



Anexo 02

ANÁLISE DE AMBIENTE INTERNO

Neste tópico, é abordada, de forma sucinta e objetiva, a estrutura da Secretaria da Segurança Pública, especialmente das Polícias Civil, Militar e do Departamento de Polícia Técnica, no que se refere aos seus recursos humanos e condições estruturais.

Vale dizer que, no âmbito interno, nos últimos quatro anos, diversas ações vêm sendo adotadas no sentido de modernizar o aparelho policial para a prestação de um melhor serviço à comunidade, entretanto, ainda existem sérios problemas estruturais que impedem uma melhor prestação do serviço policial, requerendo ações imediatas para a sua solução. Diante desse quadro, foram identificados os seguintes pontos fortes e fracos:

Cenário da Estrutura Policial

Muito embora os investimentos tenham sido realizados no reaparelhamento policial, nos últimos anos, as condições gerais de trabalho e a oferta de equipamentos próprios da atividade policial, inclusive equipamento de proteção individual do servidor, ainda enfrentam sérias inadequações. Tais inadequações e até mesmo desvios de função, como a custódia de presos em delegacias de polícia, resultam numa precária prestação de serviço ao cidadão e pouca efetividade na contribuição para o processo de contenção do crime.



Foto: ASCOM SSP

ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES POLICIAIS

Polícia Civil

Salvador é a terceira capital mais populosa do país e a que possui maior densidade demográfica. Nela existem apenas 16 Delegacias Territoriais, enquanto na cidade de São Paulo são 93 Unidades Policiais Cíveis e 39 Delegacias no Rio de Janeiro/RJ.



Foto: ASCOM/SECOM

Por essa razão, a distribuição espacial das unidades policiais em Salvador apresenta graves distorções. Enquanto a 14ª Delegacia Territorial (Barra) abrange uma área de 5,4 km², com cerca de 57.000 habitantes, correspondendo a uma densidade populacional de 10.500 hab./km², a 11ª DT (Tancredo Neves) é responsável por uma região de 25,3 km², onde residem aproximadamente 400.000 pessoas (15.000 hab./km²).

Se esta área fosse emancipada politicamente, tornando-se um município, seria o terceiro mais populoso do estado, atrás, apenas, da capital (2.900.000) e de Feira de Santana (590.000), e à frente de Vitória da Conquista (318.000).

Há também outras distorções, no caso de Delegacias com extensas áreas e baixa densidade populacional, como a 12ª DT (45 km², com 185.000 hab., sendo 4.111 hab./km²) e outras com áreas pequenas, mas grande densidade populacional, como a 2ª DT (7,2 km², com 315.000 hab., sendo 43.832 hab./km²).

Entre as áreas das atuais Delegacias Territoriais, foram identificadas aquelas consideradas mais críticas em termos de índices criminais, densidade demográfica e extensão territorial: 4ª DT, 5ª DT, 11ª DT e 12ª DT. Nestes locais, é premente a implantação de outra unidade da Polícia Civil. A 5ª e a 11ª DT, juntas, respondem por 28% dos Crimes Violentos Letais Intencionais e possuem extensos e populosos territórios. A 4ª DT figura na terceira colocação no ranking de CVLI em Salvador, além de abranger uma região de mais de 20 km², superior às áreas somadas da 1ª, 2ª e 3ª DT. A 12ª DT é a área com maior incidência de Crimes Violentos Contra o Patrimônio e possui a maior extensão territorial entre todas as circunscrições (45 km²), equivalente à soma das áreas da 1ª, 2ª, 3ª, 6ª, 7ª, 16ª e 28ª DTs.

EFETIVO

A Polícia Civil conta, atualmente, com 5.518 servidores, quando o quadro previsto na Lei 11.370/09 é de 8.840, havendo, portanto, um déficit de 3.322 policiais.

PCBA	Atual	Previsto	Déficit
Delegados	887	1.200	313
Escrivães	914	1.200	286
Investigadores	3.720	6.440	2.720

Assunto: Quadro de delegados e servidores policiais

Os servidores estão distribuídos, aproximadamente, da seguinte forma:

PCBA	Capital	RMS	Interior
Delegados	406	50	431
Escrivães	349	66	499
Investigadores	1.871	389	1.460

Assunto: PCBA – Distribuição do efetivo

REGIME DE TRABALHO

Na capital, a quase totalidade das delegacias funciona em regime de plantão de 24x72h. Essa escala dificulta o desenvolvimento das investigações, a produtividade dos delegados e o atendimento à população. Os maiores prejuízos recaem sobre as investigações de homicídios, cujo primeiro atendimento, via de regra, se dá por Delegacias Territoriais.

Em apurações dessa natureza, as primeiras 48h são fundamentais para a determinação da autoria, exigindo, por vezes, trabalho ininterrupto neste período, o que não ocorre na grande maioria dos casos. Isso produz reflexos no (baixo) índice de resolução dos casos de homicídios na Bahia.

Polícia Militar

EFETIVO

O efetivo da Polícia Militar está muito aquém das reais necessidades da corporação para realizar o policiamento ostensivo em todo o território baiano. O quadro atual é inferior ao de 06 anos atrás. A tendência de queda só foi interrompida em 2008. Entretanto, no ano seguinte, já se verificou nova redução no efetivo, devido a causas normais de desligamento, como reserva remunerada e morte.

REGIME DE TRABALHO

A PM possui um efetivo de 29.149 policiais distribuídos em 27 unidades administrativas e cerca de 122 unidades operacionais de grande e médio porte. É o órgão da segurança pública com maior capilaridade no estado. O efetivo cumpre escalas de serviços específicas para cada atividade desempenhada, de acordo com a unidade especializada.

O emprego tático do efetivo e a fiscalização cotidiana das atividades operacionais nas Companhias Independentes de Polícia Militar (CIPMs) são realizados pelos Coordenadores de Área – oficiais intermediários (Cap. PM) ou subalternos (Ten. PM) – escalados pelo Comando da Unidade (Portaria nº 052-CG/11). Quanto ao regime de serviço, a Portaria nº 067-CG/11 prevê:

III. Para o turno de serviço em regime de 12 (doze) horas diárias, com quatro grupos:

- Se diurno, folga de 24 (vinte e quatro) horas;
- Se noturno, folga de 48 (quarenta e oito) horas.

IV. Para o turno de serviço em regime de 12 (doze) horas diárias, com cinco grupos:

- Se diurno, folga de 24 (vinte e quatro) horas;
- Se noturno, folga de 72 (setenta e duas) horas.



ESTRUTURA FÍSICA

As unidades operacionais ocupam imóveis alugados, dispondo de verba insuficiente para a correta manutenção. São espaços reduzidos que geralmente não abrigam uma estrutura confortável, com banheiros suficientes e alojamentos para homens e mulheres, para acondicionamento de armários individuais para troca de uniformes. A mobília praticamente não é repostada, e em muitas unidades há revezamento de efetivo administrativo por falta de espaço, cadeiras, mesas e computadores suficientes para desenvolver o serviço. Não raro, oficiais levam seus computadores particulares, com internet sem fio, para conseguir trabalhar, não atentando para normas básicas para segurança da informação.



CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR

Dados coletados sobre as condições estruturais do Corpo de Bombeiros baiano apontam sérias deficiências de equipamentos, pessoal e recursos financeiros destinados a projetos para sua modernização, um exemplo disso é a inexistência, no estado, de uma escada mecânica com altura suficiente para atender às recentes construções de prédios (acima de 20 andares) na capital, e do número insuficiente de bombeiros em todo estado, trabalhando em 15 grupamentos. O estado também não dispõe de um código de combate a incêndio, instrumento jurídico necessário à garantia de níveis adequados de segurança nas edificações e instalações.

A Bahia é também um dos poucos Estados da Federação que ainda possui um Corpo de Bombeiros Militar subordinado física e orçamentariamente à Polícia Militar. Podendo citar dentre eles os estados do Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo (Paraná encontra-se em processo de desvinculação e São Paulo possui orçamento próprio, vinculado apenas à estrutura física).



Departamento de Polícia Técnica - DPT

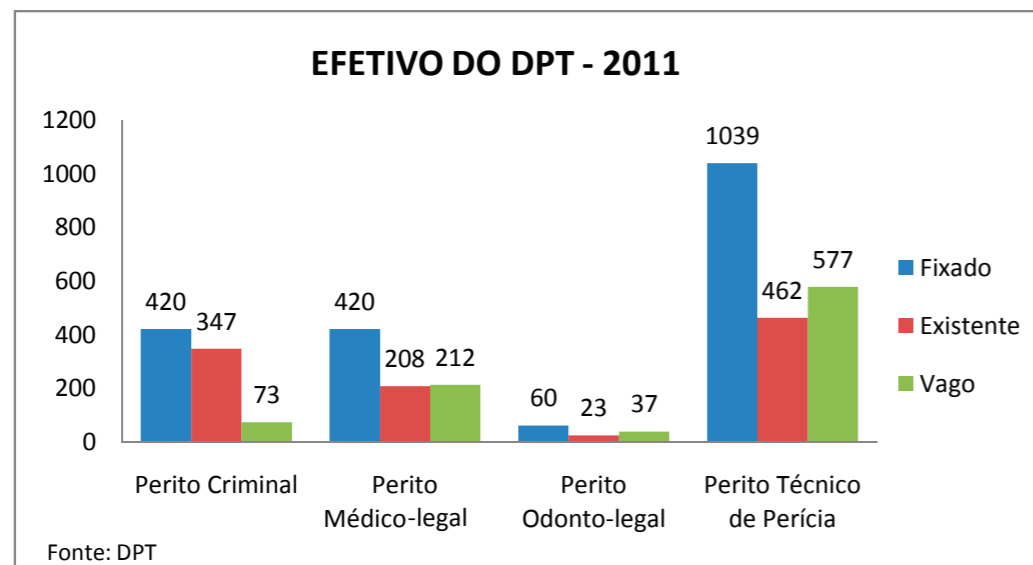


Foto: ASCOM SSP

EFETIVO

São considerados peritos oficiais de natureza criminal os peritos criminais, peritos médico-legais e peritos odonto-legais com formação superior específica, detalhada em regulamento, de acordo com a necessidade e por área de atuação profissional. A Lei Orgânica da Polícia Civil, em seu art. 109, mantém a estrutura organizacional e de cargos em comissão do Departamento de Polícia Técnica (DPT), conforme estabelecido na Lei nº 9.289, de 20 de dezembro de 2004, bem como a sua subordinação ao Sistema de Polícia Civil da Secretaria da Segurança Pública.

A Lei Orgânica da Polícia Civil estipulou em 1.939 vagas o quadro total do DPT. Atualmente, 899 não estão preenchidas. O quadro atual é de 1.040 servidores, sendo 406 no interior e 634 na capital, nos diversos cargos.



REGIME DE TRABALHO

A escala de serviço prevê servidores trabalhando em horário administrativo e em regime de plantão de 24hx72h, como o da Polícia Civil. Também a exemplo do que ocorre na Polícia Judiciária, essa escala dificulta a continuidade do trabalho, produzindo reflexos na produtividade do DPT, no tempo de resposta às ocorrências e de atendimento às demandas. O mesmo cálculo apresentado no item referente à Polícia Civil se aplica aqui. Para se cobrir cada posto de trabalho em regime de 24hx72h, necessita-se de 04 servidores. Tem-se, portanto, praticamente ¼ do efetivo a cada dia. Disso resultam os recorrentes atrasos na emissão de laudos e na remoção de corpos, por exemplo.

QUANTITATIVO DE CARGOS DO DPT (PREVISTO)

CARGO	QUANTITATIVO
Perito Criminal (PC)	420
Perito Médico-Legal (PML)	420
Perito Odonto-Legal (POL)	60
Perito Técnico de Polícia Civil (PT)	1.039
TOTAL	1.939

Assunto: Efetivo do DPT previsto

A atividade pericial, além de uma exigência legal, é indispensável à persecução criminal porque, em linhas gerais, além de auxiliar às investigações policiais, fornecendo elementos que possibilitem a definição de autoria e materialidade dos delitos, também instrumentaliza o Poder Judiciário com elementos probatórios para a prolação de suas decisões.



Foto: AS/COM SSP

ESTRUTURA FÍSICA

O Departamento de Polícia Técnica está estruturado em uma única sede, na capital, abrigando o Instituto de Identificação Pedro Mello (IIPM), o Instituto de Criminalística Afrânio Peixoto (ICAP), o Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues (IMLNR) e o Laboratório Central de Polícia Técnica (LCPT).

Para atender aos demais municípios, o DPT criou a Diretoria do Interior (DI), com a finalidade de coordenar, supervisionar e controlar as ações da Polícia Técnica no interior do estado. A DI está distribuída em 6 (seis) grandes regionais: Recôncavo, Nordeste, Oeste, Chapada, Mata Sul e Planalto.

As unidades regionais atuam nas áreas da medicina legal, odontologia legal e criminalística, sendo uma das demandas prioritárias para o DPT a criação e implantação de laboratórios forenses nas Coordenadorias Regionais.

Além das 06 (seis) grandes regionais instaladas nos municípios de Feira de Santana (Recôncavo), Irecê (Chapada), Itabuna (Mata Sul), Juazeiro (Nordeste), Barreiras (Oeste) e Vitória da Conquista (Planalto), o Departamento de Polícia Técnica possui 19 (dezenove) unidades regionais que realizam apenas perícias básicas, a exemplo de crimes contra pessoa, crimes contra o patrimônio, acidentes de trânsito, necropsia e exame de lesões corporais.

Pontos Fortes

Um dos grandes pontos fortes da segurança pública do Estado da Bahia é a presença física e potencial das suas estruturas em todos os 26 Territórios de Identidades, o que possibilita uma atuação em rede e amplia a capacidade de mobilização e descentralização de diretrizes, estratégias e consolidação da política de segurança. Trata-se de um grande diferencial estratégico, pois possibilita, através de único comando, o desenvolvimento de ações simultâneas, independente das peculiaridades de cada região e das suas distâncias. Nesse sentido, a SSP tem acreditado e investido na política de integração interinstitucional, visando fortalecer, ainda mais, esse importante ponto positivo, estimulando o compartilhamento de informações e insumos através:

- a) Da implantação de Regiões e Áreas Integradas de Segurança Pública (RISP e AISP, respectivamente);
- b) Da capacitação integrada para consolidação da doutrina de integração;
- c) Do uso de tecnologia e operações policiais integradas com órgãos da União, Estado e Município.

Outro grande destaque positivo é a existência de órgãos estratégicos de integração, tais como: a Superintendência de Telecomunicações (STELECOM), a Superintendência de Gestão Tecnológica e Organizacional (SGTO), a Superintendência de Gestão Integrada da Ação Policial (SIAP) e a Corregedoria Geral.

Nos últimos anos, os órgãos de segurança pública também têm pautado suas atuações no respeito aos direitos e garantias dos cidadãos e das instituições, no uso moderado e progressivo da força, na otimização de recursos humanos e materiais, no uso intensivo da tecnologia da informação e da inteligência, e no fortalecimento de parcerias profícuas com outros órgãos, com a iniciativa privada e com a comunidade, formando uma grande rede de colaboração, pondo em prática o mandamento constitucional de que a segurança pública é dever do Estado, mas também direito e responsabilidade de todos.

A utilização de ferramentas tecnológicas de alto desempenho é indispensável para o sucesso das ações em segurança pública. Buscando sempre tecnologias mais modernas, seguras e eficientes, a SSP tem investido, sistematicamente, na implantação de novos serviços e sistemas, na disponibilização de recursos inovadores, na utilização de videomonitoramento e vigilância remota de áreas prioritárias.

Exemplos dessas novas tecnologias são: os Sistemas Tetra de Comunicação, de Identificação Civil e Criminal; de Balística e DNA forenses; de Mobilidade em Operações Policiais (MOP); o Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD) e os softwares de inteligência, dentre outros. Para a realização desses importantes investimentos, a SSP tem contado com o apoio do Governo Federal através da assinatura de convênios.

Anexo 03

ALINHAMENTO ÀS ESTRATÉGIAS DO GOVERNO FEDERAL E DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Em consonância com a proposta do Governo Federal revelada no PRONASCI, o propósito do atual governo é instituir uma política de segurança pública com cidadania, cujo objetivo é a prevenção, controle e repressão da criminalidade, atuando em suas raízes socioculturais, articulando ações de segurança pública com políticas sociais. Assim foi lançado o Programa Pacto pela Vida.

Por isso, no âmbito desta Secretaria, conforme demonstrou sua estratégia, estão sendo enfrentados os seguintes temas:

A) FILOSOFIA DA AÇÃO POLICIAL DIRECIONADA À PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

As ações policiais devem respeitar as diferenças de gênero, classe, idade, pensamento, orientação sexual, crenças e etnia, proporcionando tratamento isonômico aos cidadãos, fortalecendo o exercício da cidadania e do Estado Democrático de Direito. Não se pretende uma abdicação da força no emprego do aparelho policial, mas sim o seu uso técnico, racional e ético, nos casos em que ela for necessária. Sendo o uso da inteligência policial, o grande diferencial competitivo no enfrentamento da criminalidade.

O crime deve ser analisado, controlado e combatido como fenômeno, nas quatro dimensões: a legal, a da vítima, a do autor e do local (espaço e tempo). A problemática do crime e da criminalidade deverá ser vista como uma relação triangular (crime = motivação do autor + vulnerabilidade da vítima + características do lugar do evento). O controle dessas variáveis vai interferir diretamente no sucesso ou não da polícia, na maior ou menor sensação de segurança pela comunidade. O uso da inteligência policial, do policiamento comunitário integrado e da análise criminal devem sempre nortear as ações policiais.



Foto: SECOM SSP

B) A URGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE PREVENTIVA

O entendimento de que o cidadão representa o foco principal do direcionamento das atividades desempenhadas pelas instituições policiais e que o atendimento dos seus anseios legítimos por segurança pública deve estar expresso, com destaque, nas políticas e diretrizes governamentais, indica a necessidade de implementação de um modelo de gestão integrado, do sistema de segurança pública, que priorize a prevenção.

O fortalecimento do policiamento preventivo se revela pressuposto para a redução dos índices de violência e da criminalidade. Contudo, o emprego do policial no terreno não deverá ficar adstrito à simples e fria análise de dados estatísticos. Os órgãos de planejamento, coordenação e controle operacional das polícias – tomados como exemplos para a região de Salvador –, o Comando de Policiamento da Capital (CPC) e o Departamento de Polícia Metropolitana (DEPOM) devem incluir em seus planos operacionais não só os dados extraídos das ocorrências registradas nas delegacias e unidades operacionais da Polícia Militar, mas também as informações obtidas nas reuniões dos conselhos comunitários.

A antecipação das ações delituosas vincula-se diretamente à capacidade policial de leitura de cenários. Para isso, a qualidade das informações, com o detalhamento de dados relativos às impressões e peculiaridades de cada local, a percepção dos moradores, trabalhadores e visitantes são fundamentais para a eficiência, eficácia e efetividade do trabalho de segurança pública.



Foto: ASCOM SSP

C) O INCREMENTO DA CAPACIDADE INVESTIGATIVA

No âmbito da Polícia Civil, a questão dos inquéritos policiais deve ser analisada para que se constituam procedimentos capazes de ampliar a capacidade investigativa, facilitando a emergência da verdade dos fatos, dificultando o desvio investigatório e impedindo o “esquecimento” de certos atos típicos.

A padronização de procedimentos também deve ser considerada, para que se garanta maior agilidade, controle de qualidade e efetividade dos serviços oferecidos pela organização.

D) A ADOÇÃO DE PRÁTICAS DE POLÍCIA COMUNITÁRIA

A modernização da estrutura administrativa e da ação policial só será eficaz em um contexto democrático se houver a participação da comunidade no planejamento, na fiscalização e na correção das atividades de segurança. As comunidades, os bairros, os assentamentos e as regiões conhecem seu próprio sofrimento, podem avaliar e sugerir a melhor forma de minorar a violência em seus locais de moradia e trabalho, participando diuturnamente desse processo democrático de constituição de uma polícia cidadã, que tem a pessoa humana como centro e finalidade de sua atividade.

Daí a importância do investimento em uma das principais ações de Polícia Comunitária, qual seja, o policiamento comunitário integrado, viabilizado através de uma atuação próxima e integrada entre as delegacias e unidades operacionais da Polícia Militar, associações de moradores, associações comerciais, grupos religiosos, escolas, conselhos comunitários, cumprindo um cronograma de reuniões e encontros regulares, incluindo a participação dos órgãos de planejamento, informação e comunicação social, compartilhando dados, indicadores e informes sobre a segurança da cidade, dos bairros, das ruas e lugares, consolidando uma relação de confiança e de reciprocidade.

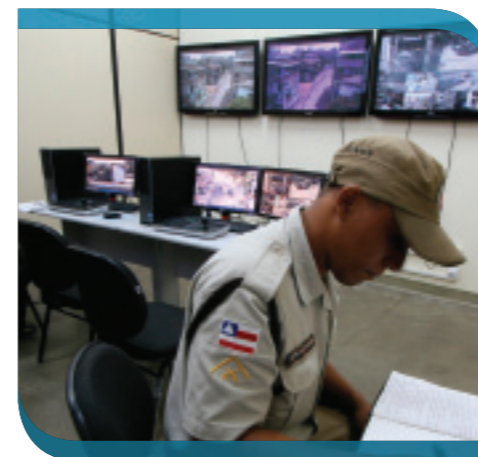


Foto: ASCOM SSP

E) GESTÃO DOS DADOS DAS OCORRÊNCIAS POLICIAIS

A implantação de um sistema único informatizado, em todas as unidades policiais, além do desenvolvimento do geoprocessamento e a consequente racionalização operacional e administrativa, oriunda do uso competente desses recursos, compõem o mecanismo que permitirá que a informação seja corretamente administrada, sem deixar de lado a efetiva participação das impressões dos integrantes das comunidades, apontando diferentes sinais e indicativos de fatores causadores da insegurança. Neste cenário, a capacidade de gestão dos recursos humanos e materiais é um diferencial estratégico para o sucesso da política de segurança pública.

F) ENSINO POLICIAL INTEGRADO E CONTINUADO

Não basta a mudança de paradigmas, a reformulação dos cursos das academias, se não houver a constituição de um sistema educacional integrado para todas as polícias e outros órgãos da segurança pública. O aprendizado deve estar voltado, desde a formação, para o ensino integrado e continuado.

G) INTEGRAÇÃO DO SISTEMA POLICIAL

Há a necessidade de integração interna (entre os órgãos do sistema policial) e de integração externa (com outros órgãos interessados e com a comunidade). A integração territorial já é uma realidade viabilizada através das Áreas Integradas da Segurança Pública (AISPs), mas que merece constante necessidade de ajuste e possível implantação de novas unidades operacionais. A integração também precisa se consolidar através do Sistema de Inteligência Policial e do Sistema Correccional.

H) AÇÕES ESTRUTURAIS

Não se pode falar em questões centrais, em mudanças conceituais, em adoção de novos paradigmas, sem tratarmos de estrutura. Um corpo sem vértebra não se sustenta nem evolui, muito menos pode servir de referencial para medidas protetivas e persecutórias, voltadas às garantias individuais e coletivas de uma sociedade organizada e complexa. Dessa forma, o planejamento da SSP prevê ações concretas destinadas, sobretudo, à garantia de condições adequadas para o trabalho dos seus colaboradores e prestação de serviço ao cidadão.



Anexo 04

ALINHAMENTO AO PROGRAMA PACTO PELA VIDA

As ações da Secretaria da Segurança Pública, no Programa Pacto pela Vida, atenderão todos os Territórios de Identidade do Estado, com prioridade para os 20 municípios que representam 74% do total de vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), constantes da tabela a seguir:

Municípios Prioritários para o PPV

Município	Território de Identidade
Salvador	Região Metropolitana de Salvador
Feira de Santana	Portal do Sertão
Camaçari	Região Metropolitana de Salvador
Itabuna	Litoral Sul
Teixeira de Freitas	Extremo Sul
Vitória da Conquista	Vitória da Conquista
Porto Seguro	Extremo Sul
Lauro de Freitas	Região Metropolitana de Salvador
Alagoinhas	Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte
Ilhéus	Litoral Sul
Juazeiro	Sertão do São Francisco
Simões Filho	Região Metropolitana de Salvador
Candeias	Região Metropolitana de Salvador
Valença	Baixo Sul
Eunápolis	Extremo Sul
Mata de São João	Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte
Paulo Afonso	Itaparica
Dias D'Ávila	Região Metropolitana de Salvador
Barreiras	Oeste Baiano
Luís Eduardo Magalhães	Oeste Baiano

Fonte: CEDEP-SSP/MOP-SPO-SEPLAN

A atuação sinérgica desta Secretaria, em relação a outros serviços e produtos públicos, estará garantida a partir da implantação efetiva do Modelo de Gestão, abaixo estampado, que demonstra a proposta do Governo do Estado de oferecer DEFESA SOCIAL. A ideia de DEFESA SOCIAL transcende a noção de segurança pública, que, de acordo com a imagem a seguir, é tratada com prioridade, bem porque o tema ocupa uma das Câmaras Setoriais, todavia, não encerra a totalidade das ações de Estado em prol da diminuição das taxas de violência.



Fonte: Núcleo de gestão PPV/BA

Na construção do PLANESP 2012/2015, considerando um ambiente impactado pelo Programa de Governo PACTO PELA VIDA (PPV) e, portanto, a necessidade de alinhamento, a SSP buscou absorver, em sua estratégia, na medida de sua governança, os compromissos preestabelecidos para a política de segurança pública, conforme se vê no quadro abaixo:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Incrementar captação de recursos para investimento e custeio.
- Refinar competências dos colaboradores.
- Garantir satisfação e a motivação dos colaboradores.
- Criar ambiente que enalteça a moral e o bom desempenho (aperfeiçoar trabalhos de correição).
- Estimular o exercício da responsabilidade social da força de trabalho.
- Garantir disponibilidade de insumos e equipamentos adequados à atividade de segurança pública.
- Adotar práticas gerenciais com foco no aperfeiçoamento de práticas finalísticas.
- Fortalecer a gestão do conhecimento.
- Promover a gestão da inteligência policial.
- Modernizar e inovar métodos de atendimento.
- Contribuir decisivamente para a aplicação da Lei Penal e Defesa Social.
- Desmotivar a prática delitiva.
- Restaurar a sensação de segurança.

PACOTE DE COMPROMISSOS

- Aprimorar a prevenção e a repressão da violência, com ações de polícia comunitária focadas em áreas prioritárias.
- Implementar ações policiais integradas, por meio da gestão democrática do Sistema de Segurança Pública, com o uso da inteligência e da tecnologia como diferencial estratégico.
- Promover a formação, capacitação e valorização do profissional de segurança pública, com foco no policial cidadão, para melhoria da qualidade dos serviços prestados.
- Promover a inclusão social e a garantia da cidadania em áreas críticas, com a participação comunitária.
- Intensificar as medidas de prevenção e de repressão à corrupção pelo fortalecimento das ações correcionais no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

Anexo 05
**PORTFÓLIO
 DE PROJETOS
 2012/2015**

Buscando atingir a visão pretendida para a Segurança Pública da Bahia, as estratégias foram desdobradas em iniciativas organizadas em ondas de aplicação.

Essa organização fez nascer o portfólio de projetos, para o período 2012/2015, que retrata, de forma mais concreta, a maioria dos desafios com os quais esta Secretaria se compromete para atendimento às demandas sociais.

AÇÕES/PROJETOS	Emergenciais	Curto Prazo	Médio/Longo Prazo	Órgão
01. Ampliação da integração das ações das Polícias Civil, Militar e Técnica.	X			DG/SIAP/PM/ PC/DPT
02. Criação e implantação dos Escritórios de Projetos.	X			DG/PC/PM/ BM/DPT/SIAP
03. Formação de equipes multidisciplinares para intervenção qualificada em relação a grupos vulneráveis.	X			PC/PM/ BM/DPT/ SPREV
04. Formação e capacitação de policiais e de bombeiros.	X			PC/PM/ BM/DPT
05. Implantação do Sistema Integrado de Ensino Policial.	X			PC/PM/DPT/ DG/SIAP/BM
06. Implantação do Sistema Correcional Integrado, com sede única.	X			CG/PC/PM/ DPT/BM
07. Criação e implantação dos núcleos para promoção da saúde física e mental de servidores.	X			PC/PM/ DPT/BM/ SPREV
08. Implantação da política de valorização e reconhecimento como condição para melhoria de resultados organizacionais.	X			PC/PM/BM/ DPT/DG/ SIAP/SPREV
09. Criação de premiação por desempenho, para prestigiar a atuação finalística de sucesso.	X			PC/PM/BM/ DPT/DG/SIAP
10. Criação da Sala de Situação da Câmara Setorial de Segurança Pública/PPV e aquisição da unidade móvel de avaliação e mobilização.	X			SIAP
11. Implantação de modelo de acompanhamento e controle das ações policiais por áreas integradas de atuação – AISP e RISP.	X			SIAP/PC/PM

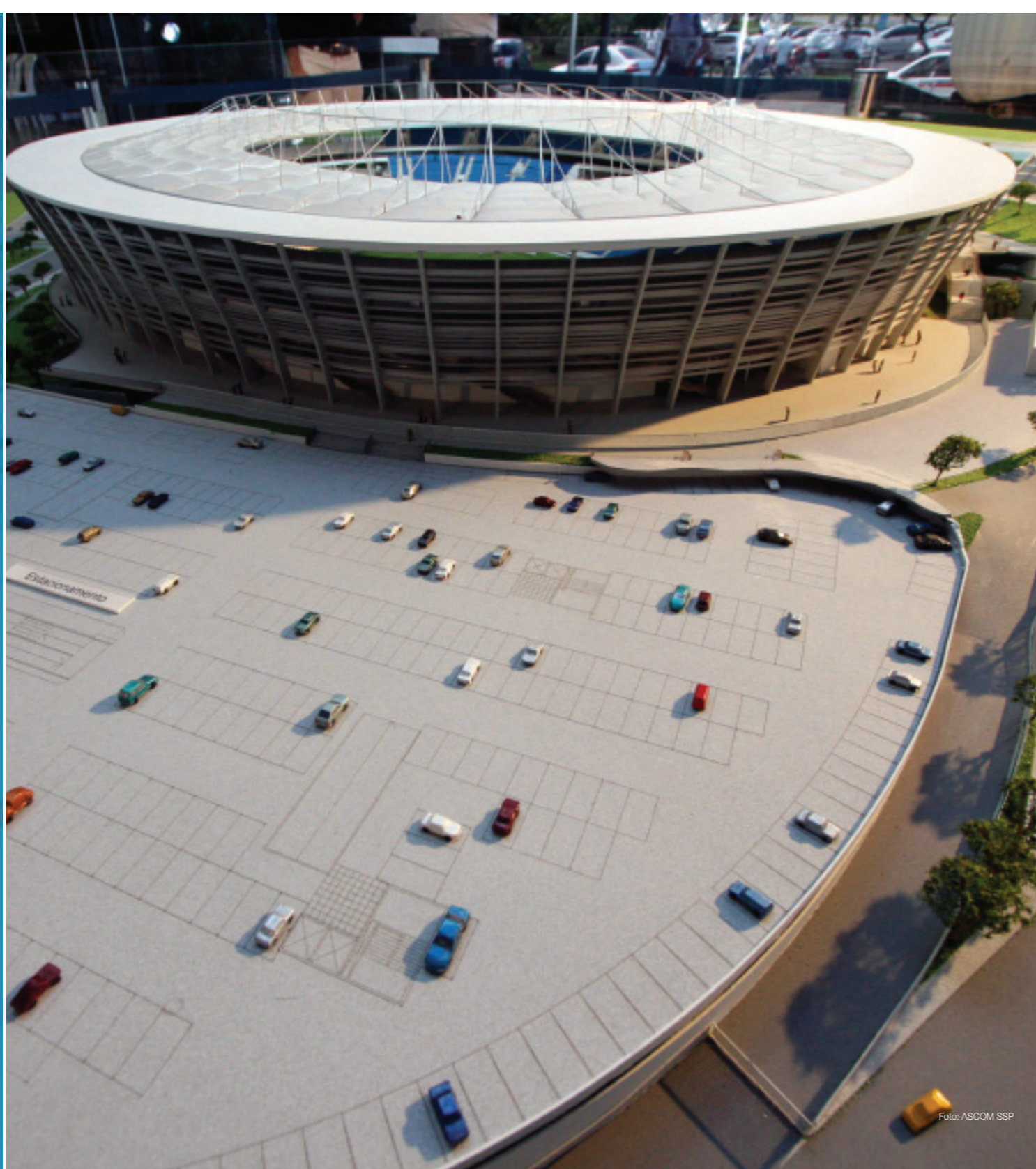


Foto: ASCOM SSP

AÇÕES/PROJETOS	Emergenciais	Curto Prazo	Médio/Longo Prazo	Órgão
12. Fomento à promoção de ações sociais em áreas críticas.	X			PC/PM/BM/ DPT/SIAP/ DG/SPREV
13. Ampliação da força de trabalho (recrutamento).	X			PM/BM/ PC/DPT
14. Reestruturação física e processual da Coordenação de Documentação e Estatística Policial (CEDEP).	X			PC
15. Criação e implantação das Coordenações das Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP).	X			PC
16. Realização de pesquisa de clima organizacional.	X			OUVIDORIA
17. Realizar pesquisa de satisfação do cidadão/usuário.	X			OUVIDORIA
18. Implantação do Batalhão Especializado em Policiamento de Eventos.	X			PM
19. Implantação de bases operacionais para o combate ao narcotráfico e a roubos a agências bancárias.	X			PM
20. Criação e implantação do Batalhão de Operações Policiais Especiais.	X			PM
21. Criação e implantação do Batalhão de Polícia Turística.	X			PM
22. Criação e implantação da Companhia Independente de Polícia de Proteção Escolar.	X			PM
23. Criação e implantação da Companhia Independente Fazendária.	X			PM

AÇÕES/PROJETOS	Emergenciais	Curto Prazo	Médio/Longo Prazo	Órgão
24. Criação e implantação da Companhia Independente de Policiamento Tático – Especializado em Transporte Metropolitano.	X			PM
25. Criação e implantação da Coordenação de Inteligência da Polícia Técnica.	X			DPT/SI
26. Criação e implantação de Companhias Independentes de Guarda no interior do estado.	X			PM
27. Criação e implantação de Esquadrões de Motociclistas no interior do estado.	X			PM
28. Criação e implantação de Esquadrões de Polícia Montada no interior do estado.	X			PM
29. Criação e implantação do Departamento de Polícia Comunitária.	X			PM
30. Criação e implantação dos Comandos de Policiamento Regional do Sudoeste e Chapada.	X			PM
31. Aprovação da Lei Geral de Sistema de Ensino para a Polícia Militar.	X			PM/BM
32. Implantação do reconhecimento ótico de caracteres veiculares (OCR).	X			SGTO/SI
33. Fortalecimento das unidades de coleta e análise de dados estatísticos.	X			PM/DPT
34. Criação e implantação de Companhias Independentes de Policiamento Especializado no interior do estado.	X			PM





AÇÕES/PROJETOS	Emergenciais	Curto Prazo	Médio/Longo Prazo	Órgão
35. Implantação do Sistema Integrado de Base de Dados na área correcional.	X			CG
36. Reparcelhamento das unidades policiais, inclusive técnico-científico.		X		PC/PM/ BM/DPT
37. Implantação do Plano de Segurança para a Copa do Mundo de 2014 que contempla: qualificação da força de trabalho, modernização das unidades operacionais e dos sistemas de dados, e de comunicação e aperfeiçoamento do modelo de gestão de emergências.		X		PC/PM/ DPT/SIAP/ SGTO/ STELECOM/ SI/DG/BM
38. Implantação de prontuários eletrônicos para gestão de pessoas.		X		PC/PM/BM/ DPT/SI
39. Criação de atendimento especializado para grupos vulneráveis.		X		PC/PM BM/DPT/ SPREV
40. Implantação do Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública (SEISP).		X		SI/PC/PM/ DPT/BM
41. Modernização do Sistema Integrado de Gestão Operacional Informatizado.		X		SGTO
42. Expansão e Fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança.		X		PC/BM/PM/ SPREV
43. Implantação das bases comunitárias de segurança pública em áreas críticas.		X		PM/DG/SI/ SPREV
44. Implantação do Plano de Segurança para o Centro Antigo de Salvador.		X		PC/PM/SIAP/ BM/SI
45. Aquisição e efetivação de bases comunitárias móveis.		X		DG/PM/ SPREV

AÇÕES/PROJETOS	Emergenciais	Curto Prazo	Médio/Longo Prazo	Órgão
46. Implantação do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) e das novas Delegacias de Homicídio.		X		PC
47. Criação e implantação das Centrais de Flagrante.		X		PC
48. Implantação de novo modelo de gestão nas unidades policiais (funcionamento em horário administrativo).		X		PC
49. Criação e implantação de 05 unidades policiais modelos – 04 DT e 01 Especializada, na capital (ilhas de excelência).		X		PC
50. Reestruturação da Coordenação de Tecnologia da Informação e Telecomunicações (CTIT) e do Departamento de Inteligência Policial (DIP).		X		PC
51. Criação da Superintendência de Operações de Polícia Judiciária.		X		PC
52. Criação e implantação de 01 Coordenadoria de Delegacias Especializadas, no interior.		X		PC
53. Implantação da Central de Acompanhamento e Controle de Produção de Laudos Periciais.		X		DPT
54. Implantação da Central de Custódia de Vestígios e Contraprovas.		X		DPT
55. Implantação da Comissão Itinerante de Apuração.		X		DPT





AÇÕES/PROJETOS	Emergenciais	Curto Prazo	Médio/Longo Prazo	Órgão
56. Ampliação do Sistema IBIS.		X		DPT
57. Terceirização do call center.		X		STELECOM
58. Criação e implantação da Coordenação de Inteligência e Operações da Corregedoria Geral.		X		CG
59. Ampliação e fortalecimento da estratégia "Ronda no Bairro".		X		PM/SPREV
60. Aquisição de viatura e equipamento antibombas e contratação de capacitação específica para uso do veículo.		X		PM
61. Aprovação do Código Estadual de Prevenção de Incêndios e Pânicos.		X		PM/BM
62. Qualificação de policiais militares como gestores da saúde militar.		X		PM/BM/ SPREV
63. Qualificação e valorização dos policiais e bombeiros portadores de limitações de saúde.		X		PM/BM/PC/ SPREV
64. Contratação de manutenção evolutiva para o <i>Business Intelligence</i> (BI).		X		SGTO
65. Modernização e expansão dos recursos de TI para Mobilidade de Operações Policiais (MOP).		X		SGTO
66. Criação da Superintendência de Operações de Polícia Ostensiva.		X		PM
67. Reestruturação das unidades de comunicação social.		X		GASEC/PC/ PM/DPT/BM

AÇÕES/PROJETOS	Emergenciais	Curto Prazo	Médio/Longo Prazo	Órgão
68. Criação e implantação da Coordenação de Documentação e Estatística da Corregedoria Geral.		X		CG
69. Ampliação e renovação da frota de veículos.			X	DG/PM/BM/ PC/DPT
70. Aquisição de armamento, munição, EPI, EPR, apetrechos e equipamento de menor potencial ofensivo.			X	DG/PC/PM/ BM/DPT
71. Implantação do Centro de Comando e Controle.			X	DG/ STELECOM/ SGTO/PC/ PM/DPT/ BM/SI
72. Reestruturação, expansão e melhoria da rede física do Sistema de Segurança Pública.			X	DG/PC/ PM/BM/ DPT/SI
73. Mapeamento e redesenho de processos.			X	PC/PM/BM/ DPT/SIAP/ SI/ STELECOM/ DG/ GASEC/ SGTO/ OUVIDORIA
74. Reestruturação da carreira do profissional de segurança pública.			X	PC/PM/BM/ DPT
75. Criação e implantação do Departamento de Repressão ao Crime Organizado.			X	PC
76. Implantação de plantão social.			X	PC





AÇÕES/PROJETOS	Emergenciais	Curto Prazo	Médio/Longo Prazo	Órgão
77. Criação e implantação da Coordenação Extraordinária para Intolerância Esportiva e das DTs de Arraial D'Ajuda e Trancoso, além da Delegacia para Repressão a Crimes com Uso de Tecnologia.			X	PC
78. Criação e implantação de unidades fundiárias.			X	PC
79. Oferta de atendimento especializado para crianças e adolescentes vítimas de crimes, e adolescentes em conflito com a lei, através da criação e implantação de 05 DERCAs e 05 DAIs no interior.			X	PC
80. Criação e implantação de Corregedorias Regionais.			X	PC
81. Criação do Departamento de Operações Especiais.			X	PC
82. Modernização e ampliação do parque tecnológico de informações e telecomunicações, e da infraestrutura de TI do Sistema de Segurança Pública.			X	DG/ STELECOM/ SGTO/PM/ BM
83. Implantação de 05 Delegacias Territoriais e 01 Delegacia de Proteção Ambiental, já criadas em lei, na capital.			X	PC
84. Plano de implantação e gestão do monitoramento eletrônico por câmeras.			X	SI/SGTO/ STELECOM
85. Gabinete Móvel de Comando e Controle.			X	SI
86. Ampliação do atendimento dos chamados telemáticos de segurança pública.			X	STELECOM
87. Ampliação do Sistema Informatizado de Identificação Digital (SIIDA).			X	DPT

AÇÕES/PROJETOS	Emergenciais	Curto Prazo	Médio/Longo Prazo	Órgão
88. Implantação dos postos de identificação civil em áreas críticas.			X	DPT
89. Interiorização dos Laboratórios de Polícia Técnica.			X	DPT
90. Aquisição de Gabinete Móvel de Telecomunicações para grandes eventos.			X	STELECOM
91. Implantação de bases avançadas do Grupamento Aéreo (GRAER).			X	PM
92. Construção de sedes de Subgrupamentos e Postos de Bombeiros Militares.			X	BM
93. Construção da Unidade de Busca, Resgate e Salvamento com Cães.			X	BM
94. Aquisição de viaturas técnicas operacionais de inteligência.			X	SI/PC/PM
95. Implantação de unidades especializadas em salvamento e extinção de incêndios.			X	BM
96. Ampliação e modernização das ações de Polícia Ambiental.			X	PM/PC/BM
97. Construção do CPD da Secretaria da Segurança Pública.			X	SGTO
98. Ampliação e manutenção do videomonitoramento urbano.			X	SGTO/PM
99. Implantação da Superintendência de Prevenção à Violência.			X	GASEC





AÇÕES/PROJETOS	Emergenciais	Curto Prazo	Médio/Longo Prazo	Órgão
100. Padronização de procedimentos de atendimento às vítimas de violência sexual e doméstica.			X	PM/PC/ DPT/BM/ SPREV
101. Fomento e contratação de pesquisas sobre o fenômeno criminal.			X	SIAP/DG
102. Desenvolvimento e implantação do Plano de Polícia Turística.			X	SIAP/PC/PM/ DPT/BM
103. Desenvolvimento e implantação do Plano de Polícia Comunitária.			X	SIAP/PC/ PM/DPT/ GASEG/BM/ SPREV
104. Desenvolvimento do valor organizacional de respeito à etnia e à orientação sexual e religiosa.			X	SIAP/PC/PM/ BM/DPT/ GASEC/DG/ STELECOM/ OUVIDORIA/ SI/CG/SGTO/ SPREV
105. Desenvolvimento do plano de atuação socioeducativa em comunidades das áreas de risco.			X	GASEC/SIAP/ PC/PM/BM/ SPREV
106. Criação e implantação de laboratório de vivências práticas de treinamento policial e de defesa social.			X	PC/PM/ DPT/BM
107. Implantação do plano de promoção da inclusão social e de fomento à cidadania em áreas críticas e comunidades menos assistidas.			X	PM/BM/ SPREV



Plano Estadual de Segurança Pública

GOVERNO DA BAHIA

2012 a 2015

Salvador - Bahia, dezembro de 2011

GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA
JAQUES WAGNER

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA
MAURÍCIO TELES BARBOSA

COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR
CEL. PM ALFREDO BRAGA DE CASTRO

DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL
HÉLIO JORGE OLIVEIRA PAIXÃO

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA
ÉLSON JEFFESON NEVES DA SILVA

FICHA TÉCNICA

COORDENADORES DA OFICINA TEMÁTICA DO PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – PLANESP 2012/2015

André Augusto Barreto Oliveira – Delegado de Polícia Civil, Superintendente de Gestão Integrada da Ação Policial - SIAP
Arthur José P. Gallas e Souza – Delegado de Polícia Civil, Diretor do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia Civil - DHPP
Augusto César Miranda Magnavita – Major PM, Diretor de Desenvolvimento Organizacional - SGTO
David Britto de Carvalho – Ten.-cel. PM - Corregedoria Geral da SSP
Edmundo Assemany Felippi – Ouvidor Geral da SSP
Francisco Telles – Coronel PM, Diretor do Departamento de Planejamento da Polícia Militar - Deplan
José Eduardo de Oliveira Barbosa – Delegado de Polícia Civil
José Nilton Nunes Filho – Ten.-cel. PM, Diretor de Operações - STELECOM
Júlio César do Carmo Lima – EPPGG da SAEB - NG
Maria de Lurdes Andrade Sacramento – Diretora do Interior da Polícia Técnica - DPT

PARTICIPANTES DAS CÂMARAS TEMÁTICAS DO PLANESP

Alziberto Francisco Conceição Pereira – Ten.-cel. PM - SIAP
Andréa Gonçalves Cardoso D'Oliveira – Delegada de Polícia Civil - DEPOM
Anildo Rocha Batista – Ten.-cel. PM - Chefe do Serviço de Valorização Profissional - SEVAP
Antônio de Carvalho Melo Filho – Coronel PM
Antonio Ferreira Fontes – Ten.-cel. PM - Comandante do Comando de Policiamento Especializado
Augusto César Miranda Magnavita – Major PM, Diretor de Desenvolvimento Organizacional - SGTO
Bruna Nascimento da Cruz Telles de Macedo – Tenente PM - SI
Carlos Maurício N. Santos – Delegado de Polícia Civil
Catileia França Pimentel – DPT
Cleandro Pimenta Bastos Neto – Delegado de Polícia Civil - DCCP
Chris Alves Silva dos Santos – Coordenador de Redes - SGTO
Daniel da Silva Santos Jr. – Major PM - Corregedoria Geral da SSP
Débora Maria Borges Cohin Silva – Coordenadora do Projeto de Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual - VIVER
Edenir de Macedo Cerqueira – Delegado de Polícia Civil, Diretor do Departamento do Interior da Polícia Civil - DEPIN
Edilamar Calazans Matos de Oliveira – Delegada de Polícia Civil - GADIP
Evaldo Simões – Estatístico e Analista de Dados da SSP - SIAP
Evilásio da Conceição Bastos Filho – Delegado de Polícia Civil
Fernando Jorge Portugal – Major PM
Francione da Silva Pires – Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual - VIVER

Francisco Carvalho – Ten.-cel. PM
 Edison Freixeira Silva – Major PM - DEPLAN
 Gessé de Souza Silva – Psicólogo do Serviço Médico da Polícia Civil - NEAD
 Gildécio José de Souza – Delegado de Polícia Civil - DEPAF
 Giovanna de Andrade Bomfim – Delegada de Polícia Civil - SIAP
 Heloisa Campos de Brito – Delegada de Polícia Civil - DEPOM
 Iracilda Maria de Oliveira Santos – Perita Criminal, Diretora do Instituto de Identificação Pedro Mello - DPT
 Jaime Pinto R. Neto – Major PM - Comandante da 35ª CIPM
 João Costa da Assunção – Perito Criminal - DPT
 Jonailson Roque da Silva – Diretor de Tecnologia da Informação - SGTO
 Jorge Braga Barreto – Perito Criminal, Corregedor do Departamento de Polícia Técnica - DPT
 Jorvane Andrade dos Santos – Delegado de Polícia Civil
 José Melquiades Santos – Major PM
 José Nilton Nunes Filho – Ten.-cel. PM - STELECOM
 Lídia Ramos de Araújo – Perita Médica-legista, Coordenadora de Ensino e Pesquisa - DPT
 Lucélia Oliveira Almeida – Tenente PM
 Luciara Junina Matos do Nascimento – Perita Criminal - DPT
 Luiz Henrique Leite Alvarez – Major BM - SIAP
 Marcelo Augusto Rocha Coelho – Tenente PM
 Marcelo Carvalho do Espírito Santo – Capitão PM
 Marcelo Sanfront de Matos – Delegado de Polícia Civil
 Marcos Antonio Oliveira Conceição – Major PM
 Neide Barreto Santana – Delegada de Polícia Civil - Polinter
 Nilcéia Santiago dos Santos – Perita Criminal - DPT
 Osvaldo Silva – Perito Criminal do DPT - SIAP
 Patrícia Barreto Oliveira – Delegada de Polícia Civil, Diretora da Academia da Polícia Civil - Acadepol
 Renê Silva Almeida – Delegado de Polícia Civil
 Roberto Andrade Nascimento – Delegado de Polícia Civil - DEMEP
 Rosemilia Dias das Silveira Tannus – Delegada de Polícia Civil
 Sandra Violeta P. de Souza – STELECOM
 Simone de Souza Mendes – Perita Técnica de Polícia Civil - DPT
 Telma Cristina Reis e Rocha – Analista de Tecnologia da Informação - SGTO
 Terêncio Pereira de Almeida – Perito Criminal - DPT

SUPORTE TÉCNICO DAS CÂMARAS TÉCNICAS

Aníbal Picanço Bentes – Gestor Público da SAEB - NG
 Cláudia Aparecida Vieira Dias – Delegada de Polícia Civil - SIAP
 Élson Jefferson Neves da Silva – Perito Criminal, Diretor-Geral do DPT
 Fernando Baqueiro Batista – Coronel PM, Diretor da Academia de Polícia Militar - APM
 Fabrício Ferreira de Souza – Gestor Público da SAEB - NG
 Fernando Mercês Guimarães – Gestor Público da SAEB - NG
 Gerson de Barros Galvão Silva – Gestor Público da SAEB - NG
 Ilma Leonor Magarão Paiva Keysselt – Delegada de Polícia Civil, Diretora de Planejamento, Projetos e Ensino - SIAP
 Janete Campelo de Almeida – Delegada de Polícia Civil - SIAP
 Jorge Alexandre Rosa de Moura – Gestor Público da SAEB - NG
 Leonardo Magno de Magalhães – Gestor Público da SAEB - NG
 Maurício Ribeiro Chaoui – Delegado de Polícia Civil, Diretor de Avaliação Operacional - SIAP

ORGANIZADORES DO CADERNO PLANESP

Alziberto Francisco Conceição Pereira – Ten.-cel. PM - SIAP
 Aníbal Picanço Bentes – Gestor Público da SAEB - NG
 Élson Jefferson Neves da Silva – Perito Criminal - DPT
 Evaldo Simões – Estatístico e Analista de Dados da SSP - SIAP
 Fernando Mercês Guimarães – EPPGG da SAEB - NG
 Gerson de Barros Galvão Silva – EPPGG da SAEB - NG
 Giovanna de Andrade Bomfim – Delegada de Polícia Civil - SIAP
 Ilma Leonor Magarão Paiva Keysselt – Delegada de Polícia Civil - SIAP
 Jorgeval Lopes Santos – Ten.-cel. PM - SIAP
 Luiz Henrique Leite Alvarez – Major BM - SIAP
 Maurício Ribeiro Chaouí – Delegado de Polícia Civil - SIAP
 Ozanna Miranda Oliveira - SIAP
 Rubenilton Matos Andrade – Capitão PM - SIAP
 Valéria Barreto Peruna – EPPGG da SAEB - NG



SECRETARIA DA
SEGURANÇA PÚBLICA